

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Ano VII • Nº 189 • De 24 de maio a 7 de junho de 1984 • Cr\$ 400,00

O impasse na campanha das diretas



COMO AVANÇAR

A ditadura bate o pé, quer ficar no poder até 1988. O PMDB diz que continua a lutar pelas diretas mas já estuda a participação no Colégio. O PT propõe o boicote ao Colégio Eleitoral e a retomada das mobilizações.

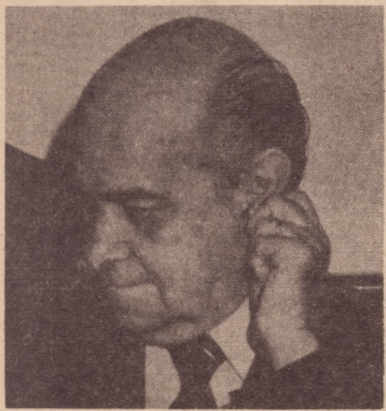
(pags. 2, 3, 4, 5, 6, 7.)

EUROPA
Um novo ascenso do
movimento operário
pags. 8 e 9

Tancredo no centro do palco

Em ação, o sr. farsante das diretas

A estratégia do político finório que tudo fez e tudo faz para ser o próximo Presidente da República, em nome da pacificação nacional.



As políticos mineiros possuem a fama de serem os mais finórios do nosso país. Nos dias que precederam e sucederam a votação da emenda Dante Oliveira no Congresso Nacional, o governador Tancredo Neves fez jus a essa fama. Não urrou como o gal. Newton Cruz, mas sua ação foi muito eficaz que a dele, e contracenou perfeitamente com ela.

Vamos aos fatos:

Dia 21 de abril, em Ouro Preto, nas comemorações da Inconfidência Mineira, Tancredo Neves pronuncia violento discurso contra os radicais da oposição, aqueles que não sabem ouvir, que podem empurrar o país para a baderna e o caos.

Dia 24 de abril, em longa entrevista coletiva o governador Tancredo Neves refere-se à emenda constitucional enviada ao Congresso pelo governo federal como portadora de "altíssimos pontos positivos", dignos de todo o apreço e consideração" e que, por isso, pode ser negociada. O discurso do presidente, apresentando a emenda é considerado "um documento de grande humildade democrática, grande clareza política, merecendo ser encarado na sua substância, com o maior interesse".

Dia 25 de abril, em Belo Horizonte, a vigília pelas diretas foi brutalmente reprimida, com a mobilização de forte esquema policial, ocorrendo a prisão de várias pessoas, entre elas a do vice-presidente do PMDB mineiro, Roberto Martins. Muito se falou sobre possível afoiteza da PM mineira, que teria agido sob ordens do Exército, mas nada se apurou, nem nada mudou.

Encontro com Figueiredo

Dia 30 de abril: Figueiredo, na TV, apela à negociação. Seu apelo é imediatamente aceito pelo nosso finório: 2 de maio, comentando as declarações do gal. Figueiredo, afirma que o país encontra-se muito próximo do confronto cujas consequências seriam muito lamentáveis para todos, especialmente para os trabalhadores, "que seriam e são sempre os maiores sofrendores". A partir daí, os fatos se sucedem como que tramados.

O Presidente Figueiredo, homem viajero, que, por motivos obscuros, prefere escapar-se de Brasília quando as coisas apertam, anuncia sua quarta viagem a Minas este ano, desta vez para inaugurar 10 km de estrada de Ferro ligando Araguari a Celso Bueno e abrir a 50ª Exposição de Gado Zebu. Antecedendo a viagem, revoga as medidas de emergência já àquela altura sem nenhum sentido prático, preparando terreno para seu encontro com o governador. Tancredo não perde tempo. Dia 2 de

maio, comentando revogação das medidas de emergência, vai em frente: "Com a decisão do presidente Figueiredo de suspender as medidas de emergência em Brasília e dez cidades de Goiás, mudou tudo. Restabelecemos a normalidade institucional e o País reencontra o caminho de seu destino". E discursando na presença do gal. viajero que, por sinal, encontrava-se ao lado do mandatário da República Paraguaiá, o-também gal. Alfredo Stroessner, afirma: "Não quero recusar-me a esse chamado, que é dirigido a todos os brasileiros e não somente às elites políticas" e acrescenta: "de agora em diante, temos de aproveitar todas as oportunidades, a fim de não cairmos na condenação do impasse e na esterilidade da intransigência".

Seus discursos foram tão enfáticos que começaram a provocar reações mais variadas. Os governadores do Nordeste, maliciosamente, lançam seu nome à Presidência da República, embora fosse notório o alinhamento deles com o Cel. Mário Andreazza. O colonista Carlos Castelo Branco também estranha o aqodamento do Sr. Governador: "Foi útil a decisão do presidente da república, de suspender as medidas de emergência, mas é certamente exagerado o otimismo do governador Tancredo Neves, segundo quem "tudo mudou" com esse ato de bom senso do Presidente da República".

As razões de Tancredo

As razões do comportamento do Sr. Governador são por demais conhecidas, mas nunca é ressaltar alguns ângulos: o primeiro deles é sua ambição pelo poder. Tancredo tudo fez e faz para ocupar a Presidência da República, como demonstrou logo após a rejeição da emenda Dante Oliveira, ao praticamente propor um programa de governo para um possível mandato-tampão. Quer aproveitar-se das grandes manifestações populares para alçar-se ao poder. Curiosamente, as grandes manifestações populares possuem sua utilidade para o Sr. Governador que procura mover-se entre a maré do movimento de massas e os arroubos do regime militar.

Outro fator que facilita seu comportamento, é a fraqueza das oposições mineiras. Nesta terra curiosa, onde, numa espécie de jogo, o governador emedebista, aproximase do Planalto, ao passo que o vice-presidente da República afasta-se dele, os políticos possuem amplo espaço para levar à frente suas maquinacões políticas. O comitê popular pró-diretas conta com apoio de poucos deputados federais e estaduais e uma base ainda pobre junto a sindicatos e associações comunitárias. O movimento pró-diretas em Minas, durante toda sua trajetória, colocou-se na dependência do apoio fornecido pelo governo estadual. Enquanto em todo o interior do Estado multiplicaram-se comícios e atividades espontâneas, em Belo Horizonte as oscilações do movimento acompanharam, e acompanharam, os interesses do governo estadual.

Infelizmente, até mesmo dentro do PT as idéias da negociação encontram adeptos. O deputado estadual J. B. Mares Guia coloca-se a favor da negociação com o regime ressaltando, quando pode, não ser esta a posição do seu Partido.

As oposições mineiras, fica o desafio: conseguirá o movimento pró-diretas firmar-se independente do apoio do aparelho estatal ou continuará a flutuar de acordo com os interesses do Sr. Tancredo Neves?

E para o PT, em particular, muitas são as questões colocadas. A participação do Partido na campanha se deu, até agora, de maneira desigual. Em alguns momentos, particularmente quando as zonais do Partido se organizam, tal participação ganha impulso e ritmo para, no momento seguinte, retornar ao ponto de partida. Passa da hora do PT, definir rumo claro de atuação, fazendo discussões internas, promovendo debates, propondo atividades unitárias, deixando de lado o labirinto das lutas intestinas, e dedicando-se a ações de rua.

Montoro vai à luta

Prisões e fuzis contra os trabalhadores

Refletindo os sinais, cada vez mais evidentes de direitização após a ascensão do "super-secretário" Roberto Gusmão, o governo Montoro reprime de forma brutal e revoltante os movimentos dos trabalhadores. "As melhores democracias tem as melhores polícias" chegou a dizer o prefeito biônico Mário Covas.



O governo Montoro vai ao ataque mas o alvo é a classe trabalhadora. No mês de maio uma verdadeira escalada repressiva foi desatada pelo governo "democrático" para combater as mobilizações da classe em todo o Estado. Prisões, proibição de reuniões, ameaças, espancamentos e até morte de um operário marcara a atuação do governo nos conflitos de trabalho que envolveram os boias-frias, os motoristas e cobradores de ônibus da capital, os professores, e os técnicos e funcionários da secretaria da Família e Bem Estar Social (FABES) da Prefeitura de São Paulo.

No momento que o PMDB, ao nível nacional, impulsionado pela ala tancredista cada vez mais abertamente apoiada por Montoro, lança as teses de uma candidatura única das oposições para negociar com o Planalto, os ataques desferidos pelo governo de São Paulo contra os trabalhadores são uma referência para entender os rumos que a oposição burguesa quer impor à luta pela democracia no Brasil.

O fato é ainda mais importante se considerarmos que nessa manobra cada vez mais aberta de conciliação da oposição burguesa com a ditadura, tenta-se isolar o PT, pressionando-se para defender a tese do candidato único.

Espancamentos, prisões e morte na greve dos boias-frias

"A gente estava num grupo na porta, quando a policia chegou dando pauladas de todo lado. Eu corri pra dentro de casa e fui me esconder debaixo da cama. Mas um soldado foi me tirar de lá pra me dar umas cacetadas". Este é o depoimento de Solange Aparecida dos Santos, boia fria, 15 anos de idade, da cidade de Bebedouro, que retrata a atuação da policia estadual na repressão aos cortadores de cana e aos apanhadores de laranja em greve do dia 15 a 20 de maio em várias cidades do interior do Estado. O próprio presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bebedouro, José Nunes do Nascimento atesta a violência policial: "policiais invadiram casas de trabalhadores e espancaram senhoras e crianças".

Em Guariba, no dia 15 de maio, uma manifestação de boias-frias em greve, foi violentamente reprimida pela PM deixando um saldo de um metalúrgico morto a bala e 29 feridos, dos quais 14 com ferimentos provocados pelas armas dos policiais. Os policiais atiravam para qualquer lado e um disparo quase atingiu o jornalista Wilson Toni da Radio Ribeirão Preto. A policia patrulhava ruas e casas no bairro do Alto, onde moram dois mil boias-frias. Em Monte Azul Paulista, até o prefeito peemedebista da cidade, Almiro Pereira Borges levou pancadas da PM quando dispersavam com cacetetes um piquete montado pelos grevistas.

A quota de ironia e cinismo ficaria por conta do Secretário da Segurança Pública, Michel Temer, que ao fazer uma avaliação da atuação policial no conflito disse que "a policia militar não praticou excessos ao reprimir aos manifestantes". Além disso, a greve permitiu descobrir o envolvimento do governo estadual na campanha de intrigas contra a esquerda. Murilo Macedo, ministro do Trabalho, afirmou ter recebido um telefonema do secretário Roberto Gusmão comentando a presença de elementos estranhos infiltrados no movimento de Guariba.

Motoristas, cobradores, professores e FABES

No caso dos professores, a secretaria da Educação proibiu aos professores de se reunirem nas escolas para discutir questões cujo teor não é didático-pedagógico. Mas o secretário, Paulo de Tarso, agora chamado pelo magistério de Paulo de Tarso "Cruz", foi além, chegou a afirmar que "se professores e diretores desobedecerem à sua proibição o assunto será tratado em "outras áreas". Inquirido sobre quais áreas seriam essas, ele afirmou se tratar das secretarias de Segurança Pública e da Justiça, ameaçando com a repressão policial direta aos professores. O secretário acabou pedindo a demissão do cargo, retirando antes a proibição ante o protesto das entidades do magistério.

No caso da FABES, a destituição de 4 supervisores regionais e duas técnicas, e depois, de toda a equipe técnica central da FABES teve duas origens: a elaboração de um documento dos funcionários da FABES contrário à reestruturação planejada pela secretária que visa centralizar ao nível da pasta a parte mais importante das discussões que têm a ver com a secretaria.

Outro episódio revoltante foi o dos motoristas e cobradores da capital, que fizeram no dia 17 de maio uma greve parcial da categoria. A avaliação da diretoria do Sindicato é taxativa em relação ao papel cumprido pelo governo estadual: "vamos estudar medidas judiciais cabíveis pois nunca houve tanta violência contra nossa categoria (...) a repressão foi o principal fator para o fracasso da greve". Com efeito, um balanço do movimento registra a detenção de duzentas pessoas no dia da greve, todas elas participantes nos piquetes.

O assessor de imprensa do prefeito Mario Covas, ao comentar a avaliação do sindicato dos condutores, disse: "as melhores democracias tem as melhores polícias". De "votar para mudar", da frase ao fato da repressão contra os trabalhadores, o peso e a medida de um governo burguês de oposição.

Somar esforços para romper o impasse

1 — Há cerca de um mês após a votação da emenda Dante de Oliveira, a conjuntura política do país vive um momento de impasse. De um lado, as oposições burguesas e a ditadura apesar do esforço de muitos, não conseguiram acertar uma negociação para a transição do regime. De outro, o movimento de massas, o principal personagem no último período, ainda não foi capaz de gerar novas manifestações de peso, de retomar a ofensiva.

A existência deste impasse não quer dizer paralisia. No interior do regime, no seio das oposições burguesas, nas fileiras do movimento operário-popular há movimento. É como se os contendores se preparassem para um novo e mais profundo teste de forças.

2 — No campo do regime, houve em primeiro lugar um ensaio de avanço para a negociação tendo como protagonista o ministro da Casa Civil, Leitão de Abreu. Ele externou publicamente a proposta de que os quatro candidatos atuais do PDS à sucessão de Figueiredo renunciassem em prol de uma candidatura de consenso. Frente à reação dos "presidenciáveis", o porta-voz do Planalto não avalizou a proposta de Leitão de Abreu e um malufista mais ousado chegou a sugerir que quem deveria renunciar era o ministro. Por fim, o próprio Figueiredo anunciou que no que diz respeito ao principal em debate, a realização de eleições diretas já, não abre mão.

Em segundo lugar, houve as iniciativas do bloco malufista no sentido de recuperar alguma credibilidade para a candidatura do chefe da gang. O general Médici, saído das tumbas, veio manifestar o seu apoio a Maluf e lançar críticas ostensivas à política do general Figueiredo. O general Golbery veio a público bater na tecla de Maluf. O primeiro disse que as eleições diretas eram piada; o outro que eram trapaça. A gang malufista, acuada, esperneia. Na Câmara Federal, a bancada malufista iniciou um movimento procurando colocar condicionamentos a eventuais negociações com a oposição. A divisão continua a afligir a ditadura.

Em terceiro lugar, houve as eleições para o Colégio Militar. Ai o resultado chega a ser surpreendente: a chapa do general Tasso de Aquino, apoiado pelo Planalto, pelos ministros militares, por Geisel, Figueiredo e Médici obteve 60% dos votos contra 39% dirigidos à chapa Soberania Nacional que apesar de conservadora era crítica ao governo. Um outro índice importante: houve 70% de abstenções. Esse resultado só confirma a avaliação da ausência de unidade das Forças Armadas para um eventual golpe militar no atual período.

3 — No campo das oposições burguesas há, sem dúvida, novidades. Com a derrota da emenda Dante de Oliveira cresceu aí o peso da proposta de negociação com o regime a realização das eleições diretas já.

De um lado, a figura de Tancredo ressurge no primeiro plano deixando inclusive a candidatura gêmea de Aureliano Chaves na sombra. O governador mineiro, aproveitando-se do refluxo momentâneo do movimento de massas, movimentou-se com facilidade, promovendo encontros seguidos com representantes da ditadura, tecendo elogios a Figueiredo.

De outro, a proposta de negociação ganha um aliado poderoso com o governo Montoro que, sob a centraliza-



O remédio contra a conciliação: o povo nas ruas

ção do ex-presidente do PP, Roberto Gusmão, toma iniciativas. A proposta de Montoro, apesar de defender formalmente a luta pelas diretas-já, reivindica a indicação de um candidato único das oposições, capaz de concorrer com chances de vitória tanto em eleições diretas como no Colégio Eleitoral. A proposta fortalece obviamente a figura de Tancredo Neves e lança também a isca de uma possível unidade com Aureliano Chaves no Colégio Eleitoral.

A força da proposta de negociação no interior do PMDB pode ser conferida com uma informação: um documento de iniciativa do deputado federal peemedebista Flavio Bierrembach propondo o compromisso de não participar do Colégio Eleitoral só obteve 36 assinaturas de deputados federais e cinco assinaturas de senadores. Entre os que não assinaram o documento estão os deputados Francisco Pinto, e Alencar Furtado, os deputados do Partido Comunista Brasileiro e os deputados do Partido Comunista do Brasil.

Da parte do PDT, houve a manifestação explícita de Leonel Brizola de que o caminho agora é o da negociação. Manifestou seu integral apoio a proposta de um candidato único das oposições com mandato de dois anos e retomou a sua proposta já anunciada no ano passado de um mandato-tampão.

4 — Este recuo das oposições burguesas explica, no fundamental, porque o movimento de massas pelas diretas experimenta um impasse momentâneo.

A reunião do Comitê Nacional Pró-diretas, integrado pelos partidos burgueses e pelas entidades de representação de âmbito nacional, não foi capaz de se unificar em torno à condenação da participação no Colégio Eleitoral. Apontou timidamente a proposta de um "buzinaço" no dia 25 de maio, não adotando a proposta anteriormente veiculada de um dia nacional de mani-

festações pelas diretas. Propôs que a continuidade da campanha das diretas ficasse, no momento, a cargo dos comitê pró-diretas estaduais.

De outro lado, a Conclat refluíu e manobrou no sentido de evitar a marcação de um movimento pela greve geral junto com a CUT. Em um primeiro momento, recusou uma proposta de realizar uma plenária conjunta com a CUT para deliberar sobre a greve; propôs em alternativa a realização de plenárias separadas, seguidas de uma reunião com representantes das direções; depois, alterou novamente esta proposta para a de uma plenária nacional unificada, só que em uma data que inviabilizava os encaminhamentos já feitos para a CUT. É óbvio: este jogo de datas reflete a vacilação ou a negativa destes setores sindicais na continuidade da campanha pelas diretas, seja pela sua vinculação com as oposições burguesas seja pela ligação com a ditadura (no caso, de Magri, um dos dirigentes pró-Diretas se encontram esvaziados, a

No plano institucional, a luta pelas diretas experimenta também um encaminhamento custoso. A proposta de sub-emendar a emenda constitucional da ditadura, como era previsível, coloca as oposições em uma trilha sinuosa e escorregadia no Parlamento. Por um período decisivo, ainda não se saberá qual a data de uma nova votação das diretas já.

Sem um fórum capaz de tomar uma iniciativa resoluta de convocação para a retomada da luta, o movimento pró-diretas experimentou um refluxo natural nestes trinta dias.

5 — É impressionista, no entanto, qualquer avaliação que dê por consumado e derrotado o movimento de massas pró-diretas. Em que fato objetivo ela se apoia?

Uma pesquisa realizada pela Folha de São Paulo mostra que apenas uma percentagem mínima dos entrevistados concordaria com uma negociação que

envolvesse o adiamento da realização de eleições diretas para o sucessor de Figueiredo. E, muito mais importante, o movimento operário-popular, após tantos anos de acumulação de forças, tem forças acumuladas para tomar a iniciativa de retomar a luta de massas. Por outro lado, como era previsto, o regime e as oposições burguesas estão longe de chegar a um acordo sobre a sucessão.

É muito mais correto ver a questão sob um outro ângulo. Nenhum movimento de massas se desenvolve linearmente, em um ascenso permanente. Nem as massas são um estouro de boiada a forçar os espaços sempre para a frente em um ímpeto mecânico nem a consciência coletiva é invulnerável às várias fases da luta.

O que há, antes, é uma reacomodação, um período de retensão de forças ante um obstáculo, na direção e na base do movimento. Podemos dizer que se o movimento ressurgir com força terá uma presença do PT mais forte em sua direção. E, na base, surgirá de forma mais organizada, tendo como centro o movimento sindical, o movimento popular dos bairros de periferia, o movimento estudantil.

No mesmo plano, o movimento ressurgido tenderá inevitavelmente a questionar os limites parlamentaristas em que as oposições burguesas pretendem confiná-lo. A tendência é evoluir para um questionamento mais globalizante do regime: se as leis do regime impedem a queda do Colégio Eleitoral, que caiam com ele!

6 — O período de impasse do movimento e sua superação dependerão, é claro, das iniciativas dos setores que expressam a independência de classe dos trabalhadores.

Não se questiona aqui que devam continuar pressionando as oposições burguesas para apoiarem e se integrem a novas investidas de massa contra a ditadura. Estas pressões servem para deslocar setores mais combativos, para neutralizar outras alas e, na pior das hipóteses, para desmascará-las. Neste sentido, é correto lutar pela manutenção dos Comitês pró-Diretas. É correto continuar pressionando os setores do Conclat para assumir um plano de mobilizações sindicais rumo à greve geral.

Em São Paulo, mesmo, por iniciativa de entidades sindicais em sua maioria vinculadas ao PT já se procura envolver o Comitê Pró-Diretas na preparação de uma nova grande manifestação na primeira quinzena de junho. Ela pode ser inclusive o início da retomada das mobilizações, pode cumprir o papel decisivo de reacender a chama da mobilização popular.

7 — Em suma, o momento atual é o de conjugar esforços para colocar a campanha em movimento.

Em primeiro lugar, a nível dos estados buscar a organização o mais unitária possível de novas manifestações de ruas. Nos estados onde os Comitês pró-Diretas se encontram esvaziados a hora é de forçar outros fóruns.

Em segundo lugar, estas manifestações certamente servirão de estímulo à proposta da CUT, do Comitê pró-Diretas de São Paulo de encaminhar a preparação de um dia nacional de lutas com paralisações.

Por último, é preciso dar força ao movimento de boicote ao Colégio Eleitoral, uma forma importante de ir desmascarando e denunciando a conciliação.

CUT debate a preparação da greve geral

A plenária nacional da Central Única dos Trabalhadores decidiu propor à Conclat a realização de uma plenária conjunta de entidades no dia 17 de junho próximo para a discussão da campanha das diretas e da preparação de uma greve geral.

No dia 18 de maio realizou-se em São Paulo, na sede do Sindicato dos Químicos, a reunião plenária nacional da CUT, que reúne a representação das entidades filiadas. Nos Estados onde já foram fundadas as centrais estaduais, caberia apresentação de delegados de base.

A reunião, convocada inicialmente como preparatória das propostas em relação à greve geral a serem encaminhadas para discussão com a direção da Conclat, no dia seguinte, se instalou com a informação que esta havia recusado, propondo uma nova data para a realização de uma plenária conjunta. Diga-se de passagem que a Conclat havia inicialmente recusado a proposta de realização de uma plenária conjunta de entidades como havia sugerido a direção da CUT.

Assim, as duas grandes questões colocadas na mesa eram: a avaliação da necessidade e das possibilidades de realização de uma greve geral pela realização de eleições diretas já; que encaminhamentos aprovar com relação à Conclat, tendo em vista esta avaliação.

Informes dos Estados

Inicialmente, cada delegação estadual apresentou em plenária o quadro da construção da CUT e das lutas dos trabalhadores.

No Rio Grande do Sul, vem se procurando um trabalho conjunto com as forças da Conclat, sendo que está em preparação um congresso estadual pos-

sivelmente para julho com este caráter. Há um quadro de mobilizações importantes no último período: a greve dos metalúrgicos de Novo Hamburgo, a mobilização dos metalúrgicos de Canoas, a greve dos professores universitários e dos gráficos de Caxias, o movimento dos desempregados e dos sem terra do nordeste do estado.

Em Santa Catarina e no Paraná, o quadro de construção da CUT ainda é precário. Neste último estado, vem sendo realizadas manifestações importantes contra o desemprego.

Em São Paulo, foi realizado recentemente como foi noticiado neste jornal um Congresso Estadual da CUT. Há um processo de fortalecimento da CUT com os resultados eleitorais favoráveis ocorridos em uma série de sindicatos na capital e no interior. Há um quadro de mobilizações alentador: a greve taruga do ABC, as greves metalúrgicas no interior do estado, a greve dos boias-frias, dos professores do segundo grau, dos motoristas da capital, a campanha combativa dos metroviários incluindo paralisações, as greves metalúrgicas de fábricas na capital.

No Rio de Janeiro, foi realizado nos dias 13, 14 e 15 de abril o Congresso Estadual da CUT, o qual elegeu uma direção. No último período, ocorreram as greves dos funcionários públicos de Volta Redonda e de Nova Iguaçu, dos médicos e greves metalúrgicas importantes por fábrica na capital.

No Espírito Santo, já foram realizadas três congressos regionais da CUT,

sendo que está previsto para os dias 26 e 27 de maio a realização do Congresso Estadual. As mobilizações mais importantes vem sendo realizadas contra o desemprego.

Em Goiás, nos dias 23 e 24 de março foi realizado o I Ceclat, com a presença de 260 delegados. Além da greve nas universidades federais, houve a greve dos professores do segundo grau e dos canaviazeiros da região sudoeste do estado.

Em Minas Gerais, a CUT está em fase de estruturação. Foram fundadas três centrais regionais: a do nordeste do estado, a do Vale do Aço e a do Triângulo Mineiro. Está marcado um encontro metropolitano de Belo Horizonte nos dias 16 e 17 de junho e o congresso estadual deverá ser realizado um mês após. Além da greve dos professores do segundo grau e dos professores universitários, houve paralisações importantes no interior do estado.

Na Bahia, a construção da CUT vem se dando em um ritmo precário. Um congresso estadual está sendo preparado para a primeira quinzena de julho.

No Ceará, foi fundada a CUT estadual no dia 14 de abril e vem sendo realizadas jornadas unitárias de luta contra a fome.

Em Pernambuco, no Distrito Federal, no Piauí, no Pará estão marcados congressos estaduais. Neste último estado, a CUT tem uma força importante no sindicalismo rural, ela é apoiada por 23 dos 65 sindicatos rurais, inclusive o mais importante, o de Santarém.

Decisões

Feita a discussão em quatro grupos, voltou-se para o plenário para as decisões.

As duas grandes polarizações nos grupos foram: se deveria ser marcada ou não pelo plenário uma proposta de data referência para a greve geral a ser encaminhada para a Conclat; em segundo lugar, se se deveria ou não partir para a realização de uma plenária conjunta com a Conclat. As duas polarizações refletiam um debate mal colocado e uma avaliação não homogênea sobre as condições para a deflagração da greve geral e qual a tática a ser usada na relação com as forças da Conclat.

Nas decisões, acabou prevalecendo a visão de que, no momento, a realização de uma greve geral depende fundamentalmente do apoio da Conclat. A maioria do plenário recusou a proposta de se propor uma data referência para a greve geral e entendeu como importante o esforço da CUT para realizar uma plenária conjunta com a Conclat.

Assim a CUT deverá propor a realização de uma plenária conjunta para o dia 17 de junho. Uma nova plenária da CUT ficará condicionada a aceitação deste encaminhamento pela Conclat. Não se discutiu o que fazer caso a Conclat recuse a adoção de um calendário de mobilizações rumo à greve geral e nem que encaminhamentos deveriam ser feitos para pressionar a Conclat.

APARTE

CUT esclarece

São Paulo, 15 de maio de 1984

À
Redação de EM TEMPO
SÃO PAULO

Prezados senhores:

Para a implantação da Central Única dos Trabalhadores tem sido de extrema importância a divulgação de suas atividades e por isso nos congratulamos com o vosso jornal por haver divulgado a realização do Congresso Estadual de São Paulo bem como parte de suas resoluções.

Entretanto, no mesmo artigo há um parágrafo (ver anexo) que relata e interpreta fatos que não correspondem aos fatos ocorridos no Congresso. Por isso, solicitamos conforme é usual em casos como este, que seja publicada a retificação que aqui apresentamos:

“De acordo com o estatuto da CUT, quando uma diretoria não convoca assembléia, os trabalhadores podem fazê-lo e participam do Congresso desde que alcancem um quórum três vezes maior ao número de delegados. Nos casos que não atingissem esse quórum mas tivessem presença maior do que o equivalente ao número de delegados a que teriam direito, a Comissão Organizadora estabeleceu que aceitaria como delegados um terço dos presentes, **ad referendum** do plenário do Congresso. Esse critério foi transmitido oralmente em cada assembléia pelos representantes da CUT.

É possível que em alguma assembléia, onde não foi possível enviar representante, possa ter havido algum

prejuízo na tirada de delegados. Mas, se isso ocorreu, foi somente pelas dificuldades que enfrentamos para organizar o Congresso, jamais por intenção de prejudicar ou favorecer qualquer corrente.

A companheira Clara Ant submeteu ao plenário do Congresso **essa proposta** e não como diz o EM TEMPO n.º 188 a de que “deveriam ter direito à delegação plena.”

Esclarecemos ainda que ela o fez **em nome da Comissão Organizadora** pois a Comissão entendeu assim beneficiar os trabalhadores que se empenharam na preparação do Congresso e não para deturpar a representatividade de um ou outra corrente, como afirma a mesma matéria.”

De nossa parte esse esclarecimento é suficiente mas gostaríamos de lhes informar, caso seja do interesse dos senhores, que também em nome da Comissão Organizadora foi submetida ao plenário a aceitação das delegações que por razões próprias (como foi o caso dos metalúrgicos de São Paulo e dos servidores da USP) realizaram assembléias no dia 27/4, ou seja, ultrapassando o prazo inicialmente estabelecido para o dia 25/4 e prorrogado para o dia 26 devido à votação da emenda das Diretas.

Gratos pela atenção, aguardamos a publicação de nosso esclarecimento e despedimo-nos com cordiais saudações sindicalistas.

A EXECUTIVA DA CUT DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assine EM TEMPO

Um jornal com
tradição na luta
contra a ditadura



A Editora Aparte Ltda.
Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP
CEP 05414 - Fone 852-8880
Estou enviando o cheque por uma assinatura anual ou semestral do jornal **EM TEMPO**
Nome
Endereço
Cidade
Bairro
Estado
CEP

Assinatura anual: Cr\$ 6.000,00
Assinatura semestral: Cr\$ 3.000,00
Assinatura exterior anual: US\$ 35

Leia e Assine

PERSPECTIVA
internacional

A Editora Aparte Ltda.
Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP
CEP: 05414 - Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque por uma assinatura da revista Perspectiva Internacional

Nome:
Endereço:
Cidade:
Estado: CEP:

6 números: Cr\$ 6.000,00
Exterior: US\$ 42.

A greve geral é possível e necessária

Concebida como uma ação coordenada dos principais centros de luta dos trabalhadores do país, a greve geral é um objetivo possível para um movimento que vem acumulando forças de forma evidente desde o grande ciclo grevista dos anos 78/79.

Mas para se tornar viável ela necessita de uma correta aplicação da tática da frente única.

A greve geral já está na pauta do movimento operário brasileiro há alguns anos. Durante o início do ascenso do movimento, o Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais realizado em 1979 em seu documento final, a "Carta de Gragoatá" frisava que para enfrentar a situação político-econômica era necessária uma ampla mobilização que preparasse a greve geral. Em 1981, após um período de intensas e amplas mobilizações por todo o país, já sentindo as debilidades da ação isolada e a necessidade de unificar a luta, Lula lança no 1º de maio em São Bernardo uma pauta de reivindicações aos patrões e ao governo em torno da qual os trabalhadores deveriam lutar, organizando a greve geral. Ainda em 1981, é aprovada no Conclat que programa um plano de lutas para chegar até ela. Em 1983, o Conclat realizado em São Bernardo e que fundou a Central Única dos Trabalhadores volta a colocar a proposta da greve geral, dirigida taticamente contra o decreto lei 2045. Finalmente, em seu encontro no fim de 1983, a direção da CUT volta a propor a greve geral tendo como referência o mês de maio deste ano.

A greve geral é possível?

Apesar de colocada tantas vezes em pauta, o movimento sindical brasileiro ainda não conseguiu concretizar uma greve geral. O fracasso persistente em conseguir tornar realidade esta proposta coloca a dúvida: será a greve geral um objetivo hoje superior à força do movimento sindical brasileiro?

Esta pergunta já foi em parte respondida pela própria experiência no período recente: em 21 de julho de 1983, uma greve contra a política econômica do governo paralisou os centros industriais de São Paulo e do Rio Grande do Sul, mobilizou o país, significando uma primeira experiência unitária de uma parcela considerável e decisiva da classe.

Este ensino de greve geral, na verdade, é expressão de um outro fato mais profundo: os trabalhadores brasileiros desde o período de 1978/79, quando milhões de trabalhadores entraram em greve por reivindicações econômicas, vêm acumulando forças continuamente. A repressão, a emergência da recessão aberta a partir de 1980 significaram



golpes importantes no movimento. Porém, são evidentes os sinais de que o processo de acumulação de forças, de despertar de novas lideranças, de vitória de oposições sindicais continua ocorrendo e não está de forma alguma interrompido.

Todo este acúmulo de forças não pode ser menosprezado quando se pensa na possibilidade da greve.

O quadro atual é também uma prova incontestada da possibilidade de uma greve geral: há o clima de profunda insatisfação com o regime militar expressado nos cinco milhões que foram às ruas; há a continuidade da mobilização de vários setores como a recém vitoriosa operação do ABC, as greves de metalúrgicos do interior de São Paulo, a dos professores paulistas e mineiros, a surpreendente mobilização dos trabalhadores rurais de São Paulo e um rosário interminável de lutas.

Se entendermos como greve geral uma ação coordenada dos principais centros da luta dos trabalhadores no Brasil, apoiada pelas outras entidades do movimento popular, ela é plenamente possível no atual estágio de acumulação de forças. Mesmo que ela não paralise todo o país, mesmo que sua força esteja centrada nas regiões onde o movimento operário está mais desenvolvido, ela será um avanço de enorme importância.

A greve geral é necessária?

A continuidade e aprofundamento da crise, a ausência de sinais de uma re-

cuperação colocam em evidência a atualidade da greve geral. O arrocho, o desemprego não podem continuar sem uma contundente resposta operária.

A luta contra a ditadura militar, expressa nas mobilizações pelas diretas já coloca com mais vigor esta atualidade; o repúdio a negociação com o regime coloca a necessidade de continuar a luta pelas diretas já.

E esta mobilização não pode ficar meramente se repetindo, se limitando aos comícios. Ela necessariamente deve ter uma organização superior, que pressione o regime de uma maneira mais eficaz: a greve geral, um instrumento dos trabalhadores seguramente dará um novo tom à campanha.

Para o movimento operário, a luta contra o regime expressa na greve geral pelas diretas já significará uma possibilidade de vincular as suas reivindicações mais imediatas com a luta política.

Um comando para a greve

Na prática, o principal obstáculo do movimento sindical rumo à greve geral tem sido a ausência de um comando único enraizado e reconhecido pelas principais forças do movimento.

Há aí dois problemas. A Central Única dos Trabalhadores, fundada no Conclat de São Bernardo no ano passado, ainda não construiu as suas estruturas intermediárias de direção, ainda precisa passar por um processo de maior implantação na base sindical. Ela conta com um apoio sindical forte no centro da luta de classes, em São Paulo; conta com apoio de sindicatos importantes em Minas, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro; tem uma força desigual em uma série de estados e é bastante frágil em vários outros.

O outro problema está ligado ao boicote sistemático à proposta da greve geral por partes das forças sindicais agrupadas no Conclat. Estas forças não são homogêneas: há entre elas, por exemplo, correntes de estreita vinculação com o governo. Mas a Conclat ainda conta com um peso sindical importante.

Essa situação — a de não haver um comando sindical unitário, implantado e reconhecido — coloca no centro das possibilidades da greve geral a tática da frente única. Como realizá-la hoje é

um problema chave para avançar rumo à greve geral.

A árdua tarefa de preparar a greve geral

Se é necessária, possível e atual, a greve geral não será fruto da espontaneidade do movimento. Requer um profundo esforço para a criação das condições para a sua realização. As amargas experiências das greves que foram anunciadas e não realizadas não podem continuar se repetindo porque representariam um descrédito crescente na forma de luta e para os que a defendem, em particular a CUT.

Nos primeiros meses que se seguiram a fundação da CUT, prevaleceu em largos setores do movimento sindical combativo a visão de que a greve geral poderia ser organizada a partir de suas próprias forças. Esta visão triunfalista, reforçada pela disputa de posições no movimento sindical, acabou contribuindo fortemente para o fracasso das convocações de greve geral no dia 25 de outubro e para o mês de abril.

Hoje, como demonstra a recente reunião plenária da CUT, o risco é o inverso. Pode-se criar uma visão derrotista de que nada pode ser feito pelo movimento sindical combativo com o encaminhamento comum com o Conclat.

É mais que correto a preocupação da CUT, a sua insistência em procurar encaminhar as propostas de organização da greve geral em um calendário discutido com as forças dirigentes da Conclat. No entanto, essa busca de unidade na ação não pode se limitar às reuniões das direções: têm que necessariamente ser complementadas por uma pressão por baixo, com uma atitude ofensiva, propositora, que procure descolar setores indecisos ou vacilantes para a luta.

Neste sentido, é fundamental a elaboração de um plano de lutas e atividades que "esquentem" a mobilização rumo à greve geral. Esta deve ser necessariamente precedida por um árduo trabalho de agitação nas fábricas e nos locais de trabalho.

Trabalhando por cima e por baixo, junto às direções e as bases dos setores dirigentes da Conclat, encaminhando um processo permanente de agitação e de "esquentamento" da mobilização, é possível que a CUT em um prazo não muito longo alcance as condições para a convocação de uma greve geral.

Rio

Metalúrgicos conquistam comissões de fábrica



Assembléia dos operários da EMAQ

Na última semana de abril, metalúrgicos de duas empresas no Rio — a TRW, multinacional que produz equipamentos petrolíferos e o estaleiro EMAQ — conseguiram transformar greves defensivas em importantes saldos organizativos para o movimento.

Na TRW, os 300 operários paralisaram o trabalho dia 28 em protesto contra a demissão de dois de seus companheiros. Mas as reivindicações não só tratavam de sua readmissão: exigiam estabilidade para todos por três meses e estabilidade para a comissão de fábrica. Com meio dia de greve, dentro da fábrica, os operários arrancaram dos patrões as três reivindicações.

Mais importante ainda foi a luta da EMAQ, estaleiro com 4.500 operários. O atraso no pagamento dos salários fez eclodir

dir a greve que durou uma semana. Foi um período de permanência dentro do local de trabalho, com discussões intensas sobre as reivindicações e a organização operária dentro do estaleiro.

Comissão de fábrica

A EMAQ já era conhecida como umas empresas, no Rio, onde os operários tinham desenvolvido mais a solidariedade e organização dentro do local de trabalho. Esta experiência permitiu a greve e conquistou o reconhecimento da empresa (estabilidade de um ano) para a comissão de fábrica.

A comissão atual, formada durante a greve e composta por 52 operários, nego-

ciou o acordo que inclui, além de juros sobre os salários atrasados, a abertura de pelo menos parte da contabilidade da empresa e a continuidade das negociações em torno da estabilidade por um ano para todos.

Mas a grande conquista destas duas greves foi a comissão de fábrica, com estabilidade e direito de se movimentar e reunir dentro do local de trabalho. Os operários da TRW e EMAQ retomaram vitoriosamente, depois das greves de 79 e 80 nos estaleiros da Fiat em 1981, a luta pela organização dentro da fábrica. E dão o exemplo, a ser difundido nos demais estaleiros, que pode marcar uma virada na situação atual do movimento dos metalúrgicos do Rio.

O movimento operário e A bandeira da Constituinte serve

Na próxima reunião do Diretório Nacional, o PT tomará a decisão sobre um debate que se arrasta há anos nas fileiras do partido. Um debate que ficou mais vivo e atual com a participação do partido na campanha de massas pelas eleições diretas.



A té junho, quando haverá uma nova reunião do Diretório Nacional do partido, o PT deverá tomar uma decisão sobre a incorporação ou não ao seu programa da bandeira de uma Assembléia Nacional Constituinte, Livre, Soberana e Democrática. E há hoje uma sensível tendência a aprová-la, modificando o resultado de um debate que se arrasta há quatro anos nas fileiras do partido.

No Ante-projeto de Programa do PT, lançado no dia 29 de abril de 1979, constava a defesa de uma Assembléia Nacional Constituinte. Na primeira convenção realizada pelo PT em maio de 1980, no entanto, a maioria dos delegados presentes rejeitou a proposta. Assim, nas manifestações em protesto ao adiamento das eleições para prefeitos e vereadores em 15 de novembro daquele ano, a Comissão Diretora Nacional Provisória recomendava que o Partido "não devia participar de nenhuma manifestação que priorize a campanha pela Constituinte como bandeira de luta". O PMDB acabou realizando uma pequena manifestação com 600 pessoas em São Paulo enquanto que o PT, em faixa própria, fazia uma manifestação com seis mil pessoas na Vila Euclides contra a Lei de Segurança Nacional. O texto da Comissão Diretora Nacional Provisória afirmava ainda que "o PT não é contra a Constituinte... O PT apenas não dá prioridade a esta bandeira de luta. Temos certeza de que cada regional saberá orientar esses debates de forma a conscientizar a Nação de que a Constituinte agora, sem o povo organizado, não alterará a composição do Congresso Nacional e, evidentemente, a elaboração da Nova Carta Magna só atenderá os interesses de lideranças que, apesar de estarem na oposição, não têm compromentimentos reais com os trabalhadores".

Já no primeiro semestre de 1982, o partido aprovava a sua plataforma eleitoral "Terra, Trabalho e Liberdade". Novamente, a maioria dos delegados em plenário rejeitava a proposta de Constituinte. Enfim, no último Encontro Nacional, a chapa majoritária, dividida em torno do debate da Constituinte, propôs adiar a definição remetendo-a para o Diretoria Nacional.

Argumentos ultrapassados

Na história do debate sobre a Constituinte no partido, dois grandes argumentos eram postos na mesa para não incorporá-la ao programa do partido. O primeiro deles negava a capacidade de mobilização da luta pela Constituinte, opondo à mobilização direta pela derrubada da ditadura uma estratégia de acumulação de forças nas várias reivindicações econômicas do movimento operário e popular. Colocar o centro da atividade do partido na questão do poder, diz, era um desvio típico da tradição da esquerda, uma maneira de sonhar alto e de renegar a um segundo plano a dura e difícil luta cotidiana para organizar os trabalhadores.

Esse argumento foi, no fundamental, superado pelos fatos. Depois dos cinco milhões que foram às ruas na maior mobilização da história do país exigir diretas já, quem ainda é capaz de sustentar que o centro da atividade do partido não deve estar na luta política pelo fim da ditadura?

O outro grande argumento, que refletia uma preocupação importante com a independência política dos trabalhadores, era de que a luta pela convocação de uma Assembléia Constituinte ou não teria nenhum efeito ou seria liderada pelos liberais, o PT entrando a reboque de uma grande conciliação nacional. Devido à sua pequena

força organizada, ao fato do PT estar ainda se constituindo, os trabalhadores não teriam meios de fazer valer os seus interesses caso a Constituinte fosse convocada.

Este outro argumento foi, por sua vez, também superado pelos fatos. Se os liberais podem procurar dirigir uma campanha pela Constituinte para uma negociação com a ditadura e para fortalecer suas propostas e suas lideranças, o que dizer da campanha pelas diretas, uma reivindicação democrática de conteúdo tão mais rebaixado? Qual a reivindicação que pode ser mais dirigida para uma negociação de uma transição para um regime que mantenha os direitos dos trabalhadores marginalizados?

Uma nova situação

Se os argumentos contra foram bastante enfraquecidos, os motivos para o PT assumir a bandeira da Assembléia Constituinte ficaram ressaltados.

Nos palanques, o PT dizia: não basta as eleições diretas já, queremos o fim da Lei de Segurança Nacional, da CLT e das leis que amarram o movimento sindical, queremos a reforma agrária e o rompimento com o FMI, queremos o fim das leis do arrocho salarial e a estabilidade no emprego e enfim, o PT não quer só diretas já, quer uma mudança completa na ordem poli-

tica, social e econômica que domina o país há vinte anos, um discurso que intuitivamente vai em direção à proposta da convocação de uma Assembléia Constituinte.

Após a derrota da emenda Dante de Oliveira, criou-se uma situação clara: o Congresso que é constituído de acordo com as leis eleitorais casuísticas e anti-democráticas da ditadura negou uma reivindicação que era de 90% dos brasileiros. O PT deve, junto com as demais forças oposicionistas continuar pressionando o Congresso para aprovar as eleições diretas já. Mas e, se mesmo com mobilizações maiores, o Congresso resistir, o que o PT proporrá? Reconhecerá como legítima a decisão do Congresso ou fará um questionamento de conjuntos às instituições montadas sob a Constituição outorgada pela Junta Militar de 1969?

Enfim, todos os outros partidos burgueses já estão propondo fazer do Congresso eleito em 1986 um fórum Constituinte. Isso interessa aos trabalhadores? Interessa aos trabalhadores permanecer por mais dois anos sob as leis de repressão e arrocho da ditadura? Interessa aos trabalhadores ver os seus interesses negociados em um fórum eleito de acordo com as leis eleitorais ditadas pela ditadura?

A defesa da Constituinte, mais do que nunca, está na ordem do dia.

O que é uma Assembléia Constituinte

A Assembléia Constituinte é a forma mais avançada de expressar no plano da luta democrática a exigência do fim da ditadura. Mas é uma forma de representação ainda nos marcos da democracia burguesa.

Assembléia Constituinte é um fórum de pessoas eleitas pelo sufrágio universal para o fim específico de elaborar uma constituição. Esta por sua vez é a carta magna de um país, um conjunto de leis que rege a vida e as relações internas e externas de um estado nacional. O tema da Assembléia Constituinte aparece com força sempre que uma ordem política entra em crise, perdendo as suas bases sociais de apoio.

O que significa exigir uma Assembléia Constituinte Livre, Democrática e Soberana?

Para ser livre uma Assembléia constituinte, é necessário que a campanha para a discussão das plataformas e eleições dos delegados não seja tolhida por restrições políticas. No caso brasileiro, isto significa o fim das restrições à livre organização partidária, das leis que oprimem os trabalhadores nas fábricas, nos locais de trabalho e nos sindicatos, o fim da Lei de Segurança Nacional etc. Para ser livre, a Constituinte deve ser precedida pelo fim da ditadura militar.

Para ser democrática, uma Assembléia Constituinte deve expressar sem distorções os interesses das diversas classes e setores de classe, de acordo com o seu peso social. Isto significaria garantir aos diversos partidos o mesmo acesso aos meios de comunicação de massa, ao uso equitativo dos meios materiais. Enfim, garantir que o poder econômico não distorça a representação em favor da burguesia e dos setores mais abastados.

Para ser Soberana, uma Assembléia Constituinte teria que se apoiar em um poder real capaz de garantir as suas deliberações. Sem estar apoiado neste poder, as deliberações da Assembléia Constituinte não teriam condições de se tornar realidade e mesmo suas conclusões estariam sujeitas a todo tipo de pressões.

Democracia limitada

Defendida assim, a bandeira da Assembléia Constituinte é a forma mais avançada e radicalizada de expressar, no plano da luta democrática, a exigência do fim da ditadura e a instauração de uma nova ordem política, econômica e social voltada para os interesses da maioria.

Isto, no entanto, não nos impede de definir a Assembléia Constituinte como uma forma de representação ainda nos marcos da democracia burguesa, que se exprime através do voto, do sufrágio universal. Ela será mais livre, mais democrática e soberana, dependendo da correlação de forças das classes sociais em disputa, do estágio de organização das classes trabalhadoras. Porém, na medida em que persistem as desigualdades sociais e com ela o poder econômico, na medida em que principalmente os órgãos clássicos de poder militar da burguesia permanecem estruturados, ela será necessariamente um fórum deformado, uma expressão imperfeita dos interesses das maiorias.

a luta pela democracia aos interesses dos trabalhadores?

Democracia e socialismo Assembléia Constituinte e governo dos trabalhadores



A participação dos trabalhadores na luta democrática sempre foi um tema controverso na história do movimento operário.

Há, de um lado, a visão **doutrinária**: os trabalhadores devem se recusar a assumir as bandeiras democráticas como as eleições diretas ou a Constituinte porque elas só fazem crescer as ilusões das massas na democracia burguesa, além de levar os trabalhadores para o campo minado dos acordos e conciliação com a burguesia. Assim, em relação à questão do poder, o papel de um partido dos trabalhadores é propagandear as virtudes da democracia operária, das formas de poder operário contrapostas à ditadura do Estado burguês.

A visão doutrinária não considera as condições reais em que a luta de classes se desenvolve, o nível de consciência e de organização vividos pelas amplas massas resulta em dois graves erros: conduz ao isolamento e a marginalização dos setores da vanguarda; deixa todo o campo aberto para a completa hegemonia dos liberais, para a manipulação burguesa.

Há de outro, o risco **democratista** ou **reformista**. Em nome do atraso das massas e de um pretenso realismo político — o de apoiar um setor burguês mais democrático, ou apostar na alternativa burguesa menos ruim — ergue-se uma barreira entre a luta democrática e a luta pelo socialismo. A participação do Partido Comunista Brasileiro na Assembléia Constituinte em 1946 é exemplar neste sentido: o proletariado se desarma de uma política independente, acaba por permitir um ajuste de contas entre as várias facções burguesas, acordo que se volta violentamente em seguida contra o próprio movimento operário (ver matéria ao lado).

O assumir das lutas democráticas exige de um partido dos trabalhadores uma perfeita combinação da luta democrática e da luta socialista, da luta de massas e da luta parlamentar, de alianças táticas com o reforço permanente das formas próprias de organização do movimento operário.

Democracia e socialismo

Para isso é preciso ter uma visão estratégica sobre as relações da democracia com o socialismo.

Já é um juízo clássico a afirmação de que o proletariado só tem a se beneficiar com um regime que amplie as liberdades democráticas. A repressão policial e as mil formas da opressão capitalista na fábrica, no bairro, nos sindicatos, nos partidos são sem dúvida o principal obstáculo ao crescimento da consciência e organização dos trabalhadores. A visão de que quanto maior a opressão, mais violentas são as contradições e as possibilidades de luta dos trabalhadores é completamente falsa.

Essa compreensão é tão fundamental como uma outra, a de que as liberdades democráticas são necessariamente limitadas e instáveis em uma sociedade de classes e enquanto estiver estruturado as instituições do Estado burguês. O poder econômico estabelece uma fraude insuperável nos sistemas eleitorais; a existência do aparelho repressivo é um poder "moderador" permanente ao exercício pleno das atividades sindicais e políticas dos trabalhadores. Essa compreensão é mais fundamental ainda nos países da periferia do mundo capitalista, onde as instituições da democracia burguesa são sistematicamente violentadas por golpes militares.

Assim, a ampliação dos direitos democráticos para as enormes massas exige a derubada do Estado burguês e, a partir daí, um ataque violento aos privilégios e desigualdades sociais, através da socialização dos meios de produção, do combate aos privilégios etc. A luta pelas liberdades democráticas e pelo socialismo, neste sentido, não são contraditórias: se a ampliação das liberdades democráticas permite condições melhores para a luta pelo socialismo, a inauração de um regime socialista amplia de uma forma qualitativamente nova os direitos democráticos das massas.

Assembléia Constituinte e governo dos trabalhadores

O assumimento da bandeira da convocação de uma Assembléia Constituinte; Livre, Soberana e Democrática representa o pleno engajamento dos trabalhadores na luta democrática, pela desestabilização da ditadura e pela ampliação da liberdades democráticas.

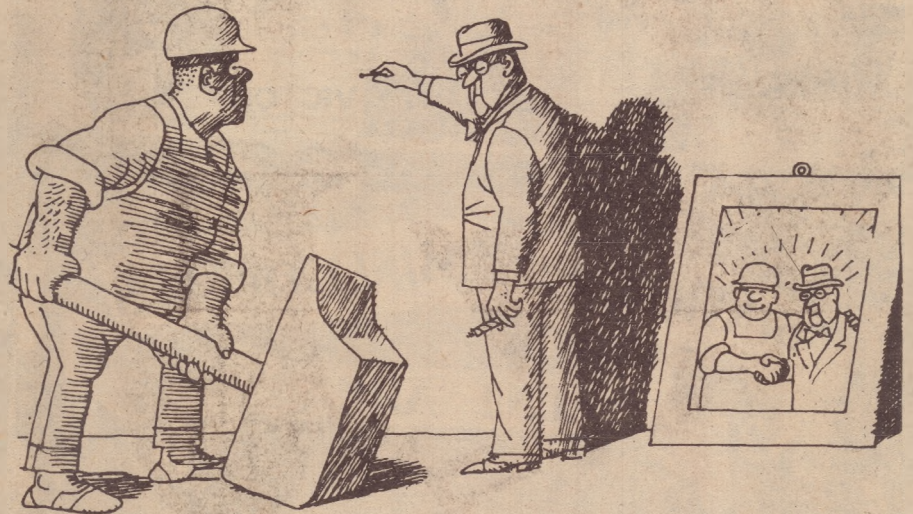
A dinâmica do engajamento dos trabalhadores na luta democrática em um momento de crise da ditadura e em que setores burgueses se movimentam buscando alterações na forma de dominação estabelece uma pressão para que os trabalhadores apoiem ou façam parte de um governo burguês, liberal.

Para os trabalhadores, no entanto, coerentes com a compreensão de que a luta democrática deve se combinar com a luta pelo socialismo, o processo da Constituinte é um momento de acelerar a construção de uma nova hegemonia social, de reforçar as suas formas próprias de organização, de propagandear um programa de transformações econômicas e sociais.

Assim, a luta por uma Assembléia Constituinte se combina com a defesa de um governo dos trabalhadores, apoiado na força dos trabalhadores organizados e armados em milícias como ocorre hoje na Nicarágua. A palavra-de-ordem de um governo dos trabalhadores, concebido como eixo central de propaganda, exprime a independência política dos trabalhadores frente a propostas de governos de coalizão com a burguesia, responde à necessidade de ir educando uma parcela cada vez maior de trabalhadores no rumo do socialismo.

A Constituinte de 1946 A experiência trágica do PCB

Ao participar da Constituinte com uma política de defesa da ordem, o PCB acabou se expondo e o movimento operário aos golpes da repressão do novo governo burguês legitimado.



A problemática da Constituinte com a participação de um partido operário tem um antecedente histórico na Assembléia Constituinte de 1946. Na oportunidade o PCB era o partido e sua atuação no período ilustra dolorosamente os desacertos de sua política de colaboração de classes.

A conjuntura dos anos 45 a 47 combina a crise da ditadura getulista e sua queda, uma onda de ascenso do movimento operário que se consolida no bojo da crise da ditadura. A política do PC nessa época favorece a solução da crise do poder burguês, a partir da montagem da Assembléia Constituinte de 1946, de uma democracia restrita que mantém o alheamento do proletariado do cenário político.

Apartir de 1943, O Estado Novo começa a dar os primeiros sinais de crise com o surgimento, ao nível das oposições burguesas, de um amplo movimento pela "redemocratização". Entre 43 e 45 a ditadura varguista perde importantes apoios políticos e militares que passam a engrossar as fileiras da oposição burguesa. Acuado, Vargas restabelece em janeiro de 45 as eleições diretas e, em abril do mesmo ano, decreta uma anistia política que favorece o PCB que em maio se torna um partido legal.

Conjugado a esse processo, o movimento operário experimenta uma onda de ascenso que num primeiro momento se dirige contra a política de arrocho salarial da ditadura e que é favorecido pelo afrouxamento da repressão ditatorial, decorrente da crise do Estado Novo. Segundo Ricardo Maranhão "Sindicatos e democratização", nos dois primeiros meses de 1946 ocorrem mais de 60 greves que só em São Paulo mobilizam perto de cem mil operários. O dado mais importante é que tais mobilizações ocorrem por fora do sindicato oficial, através da chamada "comissões de trabalho", espécie de comissão

de fábrica. Na sua espontaneidade, o movimento operário brasileiro tentava, ao nível sindical, firmar a sua independência política em relação a um dos mais poderosos instrumentos de subordinação criados pela burguesia; a legislação trabalhista.

A política da ordem

O PCB, obedecendo os ditados do PC da União Soviética e da extinta Internacional Comunista, com a entrada de Vargas do lado dos aliados, passou a defender o regime em nome da defesa da frente anti-facista, pregando "ordem e tranquilidade" e "o aperto do cinto" aos operários e trabalhadores que se mobilizam. Em julho de 45 se concretiza a aliança de Vargas e do PCB que juntos apregoam a realização de uma Constituinte com Vargas. É o "queremismo".

Ao defender a "ordem e a tranquilidade", o PCB defende a estrutura sindical que atrela o movimento operário ao Estado burguês. Logo após a queda do Vargas, em outubro de 45 apoia o governo Linhares, e depois o governo Dutra, sempre em nome da unidade anti-facista. Na Constituinte de 46, o PC aceita a imposição transitória da Carta de 37 e de uma lei anti-greve decretada pelo governo Dutra para reprimir o ascenso grevista. Depois votará a manutenção da legislação trabalhista do Estado Novo.

Desde o começo, o PCB levou uma política de colaboração de classes, garantindo a hegemonia burguesa no processo político. Sua política de "Constituinte com Vargas", ou seja com a ditadura, desarmou a classe trabalhadora na luta pela conquista da sua independência política e provocou uma importante derrota, patentiada na onda repressiva aberta em 47 e que custou ao PCB a cassação do seu registro partidário e ao movimento operário a destruição da quase totalidade das comissões de trabalho.

1.º de Maio no Uruguai 300 mil contra a ditadura

Mais de trezentas mil pessoas assistiram ao ato para ouvir as lideranças do Plenário Intersindical dos Trabalhadores, na maior comemoração do primeiro de maio da América Latina com exceção de Cuba.



Ao analisar este ato e compará-lo ao de 1983 põem-se a nú uma série de semelhanças e diferenças que são chaves para poder decifrar o futuro da luta de classes no Uruguai.

O primeiro de maio de 1984 serviu para legitimar, como no ano passado, o PIT como o único interlocutor válido da classe operária e dos trabalhadores. O PIT foi colocado na ilegalidade pela ditadura após a vitoriosa paralisação geral do dia 18 de janeiro de 1984.

A unidade foi o sentimento predominante tanto na massa participante quanto nos oradores. José D'Elia, o presidente da CNT em 73, na época do golpe que abriu o período da ditadura, foi o encarregado de encerrar o ato, e o fez com palavras de ordem de muito apelo na atualidade: "viva o PIT", "viva a união de todos os trabalhadores do mundo", "viva o 1º de maio". Além disso, como uma prova a mais da combatividade do ato, no palanque se destacavam as palavras "sem desaparecidos e nunca mais reféns".

Perigos de divisão

Contudo, NESTE 1º de maio, por trás desse manto de unidade real, combativa e honesta, e legítima que os trabalhadores e o povo uruguaio buscam, e que até agora tem conseguido impor, oculta graves discussões que podem frustrar a conquista histórica de uma central única, a qual já se remonta a 1966 com a fundação da CNT e que fora reconquistada no ano passado através do PIT.

O estalinismo, sobretudo o PC, tem diminuído fortemente sua influência antes hegemônica na Central. Votações sobre questões como a "conciliação", que desde o começo o estalinismo, pelo domínio que possuía, impunha ao nível dos aparelhos dirigentes, agora têm que percorrer todas as instâncias deliberativas do PIT. Um exemplo: na discussão e deliberação prévia ao primeiro de maio, o ponto chave era se os partidos burgueses tradicionalmente "oposicionistas" participariam ou não no palanque? Por pequena diferença, a proposta foi aprovada na mesa executiva e na mesa de federações, mas foi rejeitada no plenário, o órgão mais am-

plado e com maior autoridade. Esta mostra de democracia interna dada pelo PIT, sempre foi estranha à antiga CNT, hegemônica pelo PC.

Esta nova situação, no nível supra-estrutural, marca todo o debate político e lhe impõe formas e cores. A conciliação, expressão que oculta a conciliação de classes é questionada com força. Não é aceita de forma superficial o balanço de Toriani (membro da executiva do PIT pelo grêmio da saúde), sobre a paralisação de 18 de janeiro. É contestado por ANCAP (petroleiros), conseguindo estes um amplo apoio. Não se aceita a proposta do SUNCA (construção) para que não se faça agora um Congresso que outorgue um estatuto e um programa ao PIT, ou como venha a se chamar a Central. O grande interesse do estalinismo é relançar a CNT, cujo aparelho domina absolutamente no exterior.

A necessidade da frente única

A proposta da frente única no Uruguai, hoje está na ordem do dia. O espaço conquistado para uma política deste tipo se amplia, suas fórmulas são discutidas e aceitas por uma ampla camada da vanguarda popular. Também a frente única com o PC e a unidade de ação tática com os partidos burgueses continua a estar na ordem do dia, e é necessário aplicá-las.

Este primeiro de maio deixou claro que não será fácil para ninguém impor aos trabalhadores uruguaios políticas conciliatórias ou divisionistas. Não é impossível que, no futuro, se continuar sem controle sobre o PIT, o estalinismo venha a dividir o movimento sindical, recriando a CNT ou criando uma nova central. Mas o custo lhe será muito alto. O fato que não se tenha lançado a essa política, deve-se justamente a isso. Os operários e trabalhadores uruguaios não perdoarão quem os divida. Essa é a ameaça que eles deixaram entrever neste primeiro de maio aos seus dirigentes. É esta a melhor base para a política do marxismo revolucionário e para as outras forças revolucionárias uruguaias.

Convocada Convenção Sobre Diadema

Ante os novos desmandos de Gilson na prefeitura de Diadema, o Diretório do PT paulista decidiu convocar uma convenção extraordinária estadual. Aqui, um balanço da gestão de Gilson e da luta do Diretório Municipal em favor do programa do PT.

Há quase um ano e meio atrás a peãozada do PT de Diadema elegia Gilson Meneses com esperança de um governo diferente daqueles até agora havidos. Esperavam também um comprometimento com a luta dos trabalhadores.

Logo a esperança virou luta dura. Gilson rasgava o programa do Partido, não discutia suas decisões com as bases (núcleos do PT e movimentos populares), perseguia petistas.

Inicialmente o Diretório de Diadema tenta dialogar mostrando a ele o afastamento em relação ao programa. Mas dada a sua intransigência, foi convocada em 21 de maio de 83 uma convenção extraordinária com a presença do companheiro Lula, onde é deliberado um protocolo de compromisso com o Programa. Gilson desconhece esta decisão democrática.

O pior viria depois. Logo após a Convenção Municipal de 83 todos os que votaram ou apoiaram a chapa composta por aqueles que defendiam o cumprimento das orientações do Partido, o atual Diretório, foram sendo demitidos da Prefeitura. Tönhão, diretor de educação, Ivan, diretor de administração, Carlinhos da Cultura, Gil, Daniel, Maria Jorge Velasco, Mara, Alberto, Presidente da Associação de Funcionários, Toninho, todos companheiros petistas são perseguidos. Uma equipe inteira da Diretoria de Saúde, não resistindo aos desmandos autoritários de Gilson e seu diretor de gabinete, Juraci Magalhães, pede demissão, dizendo que "não poderiam permanecer na Prefeitura enquanto técnicos de saúde e enquanto petistas". O companheiro José Santana, membro do Diretório Estadual ao ser demitido denunciou o fato a este Diretório que exigiu justificativas de Gilson e repudiou a sua atitude.

Mais tarde uma comissão do Diretório Nacional, presidida pelo companheiro Weffort, determinou que Gilson deveria pagar suas contribuições em débito para com o Partido, parar as demissões, afastar Juraci Magalhães, responsável pelo clima de autoritarismo reinante na Prefeitura. Gilson desconheceu esta comissão. O caso foi levado então para a comissão de ética que, embora não tenha julgado sua atuação anti-PT, recomendou uma comissão paritária composta por membros do Diretório Nacional, Estadual, Municipal e Prefeitura, para estudar o relacionamento administração-diretório. Nem esta facilidade Gilson aceitou.

O Diretório Estadual tem se omitido o mais que pode na questão e quando do último Encontro Municipal que tirou delegados para a Pré-convenção Estadual, deu força a uma farsa de Gilson que convocou uma reunião e declarou-a, sem nenhuma cerimônia ou notificação prévia, "convenção". Tal "convenção" não foi reconhecida pelo Diretório Estadual — o que não foi nenhum favor — mas para mostrar a sua "imparcialidade", a Executiva do Diretório Estadual impugnou todos os delegados de Diadema, eleitos em Encontro Municipal regularmente convocado e que, realizou-se também regularmente.

Mais recentemente toda a equipe do Planejamento liderada por Amin Antônio Khair demitiu-se, fazendo graves denúncias de irregularidades na administração Gilson. A crise no Planejamento teve origem na questão do relacionamento com o movimento dos favelados (em Diadema existem cem mil). Amir e sua equipe vinha, ao contrário do que pretendia Gilson-Juraci, respeitando as decisões desse movimento, principalmente na questão da terra: enquanto Gilson exigia a venda do terreno a eles, estes colocavam que se pudessem pagar não seriam favelados, cobrando o programa do Partido: "terra para quem nela trabalha e mora".

Convenção Estadual Extraordinária

Tanto descalabro não poderia passar em branco. Na última reunião do diretório Estadual, realizada no dia 12 de maio, as coisas começaram a mudar. Alguns ainda se afeeram à defesa de Gilson dizendo que o Diretório de Diadema é dominado por grupos de esquerda, ao que o companheiro vereador de Diadema Manoel Boni respondeu que "lá sempre existiram tendências, mas o problema nunca foram as tendências, mas o descumprimento das decisões do Partido" e o companheiro Djalma Bom deixou bem claro que "é iengável que o Diretório de Diadema sempre cumpriu disciplinadamente o programa e as decisões do Partido, como é inegável que foi Gilson quem descumpriu".

Por fim, o Diretório decidiu realizar uma reunião ampliada com representantes dos Diretórios Municipais e Distritais para discussão do problema, realizar um encontro estadual sobre política municipal em Diadema. A principal decisão saiu após uma votação, em primeira rodada bastante apertada, em que, por proposta do companheiro Dória e apoiada pelo companheiro Djalma Bom, se realizasse uma Convenção Estadual Extraordinária para discutir e deliberar sobre Diadema. Esta decisão é particularmente importante porque a direção do Partido pela primeira vez joga a discussão para o âmbito mais amplo das bases.

Esta decisão, apoiada por todos os setores mais combativos do Diretório, significa uma vitória para o Diretório do PT em Diadema que disciplinada e pacientemente combateu por mais de um ano pelo programa, o estatuto e as orientações do Partido. Os que votam contra a Convenção Extraordinária tentaram esgrimir o velho argumento de que ao contrário de um partido de massas em Diadema estaria se construindo um partido de quadros. É claro que qualquer partido tem seus militantes mais combativos e capazes, mas contrapor partido de massas e partido de quadros em relação a Diadema cai no ridículo. O PT em Diadema está levando o movimento popular contra as altas taxas de água e luz, pela construção de esgotos em todos os bairros, tem apoiado diversas eleições de chapas sindicais petistas e combativas, tem ajudado várias campanhas salariais de várias categorias.

Eleição da
Executiva Nacional

Minoria impõe monolitismo

Aqui, um balanço
da primeira reunião do novo
Diretório Nacional do PT.

A primeira reunião do novo Diretório Nacional do PT realizou-se nos dias 6 e 7 últimos na Assembléia Legislativa paulista. Uma reunião especial, tendo na sua pauta, entre outros pontos, concluir questões pendentes de plataforma política e regimento interno transferidas pelo Encontro Nacional.

Os trabalhos se iniciaram no sábado pela manhã, com o Diretório debatendo uma proposta de resolução política sobre a campanha das diretas após a votação da emenda Dante de Oliveira (ao mesmo tempo, câmeras de vídeo dentro e fora do plenário, tomam flashes da reunião e depoimentos de dirigentes, preparando o novo programa de televisão do partido a ser levado ao ar em cadeia nacional no dia 31 de maio).

Após várias intervenções a resolução finalmente aprovada. Destacam-se entre seus pontos a necessidade de retomada das mobilizações, a denúncia da negociação que se trama hoje no país, e a posição irredutível do PT em torno das diretas já, combinadas com um elenco de dez reivindicações básicas (políticas, sociais e econômicas) em torno das quais o partido pretende aglutinar agora os setores mais combativos da oposição.

Simultaneamente, numa sala anexa da Assembléia, os tesoureiros regionais convocados especialmente para uma reunião com a tesouraria nacional, debatem a situação financeira do partido e preparam o novo orçamento para o ano.



Constituinte: o partido começa a superar o economicismo e doutrinarismo que durante muito tempo marcou seu posicionamento frente à questão. Sem dúvida, um passo adiante.

Após o almoço inicia-se a conclusão dos pontos pendentes deixados pelo Encontro Nacional. No que diz respeito à plataforma política, o centro da discussão esteve na questão da Constituinte. Aberto o debate seis pessoas se inscreveram para falar: três a favor (Raul Pont - RS, Jorge Almeida - BA e Hélio Bicudo - SP) e três contra. No entanto, (Augusto Franco - GO, José Alvaro Moisés - SP e Josimar Melo - SP) pela posição contrária apenas um efetivamente combate a adoção da bandeira pelo PT. (Augusto). Os outros dois se posicionam a favor da Constituinte, entendendo contudo que deveria se transferir para a próxima reunião do Diretório Nacional esta resolução, precedendo-a de um intenso debate no interior da militância.

Ao que tudo indica, portanto, o partido finalmente começa a superar o economicismo e o doutrinarismo que durante anos marcaram seu posicionamento frente à questão da Constituinte.

Como resolução ficou que até a data de 6 de julho, quando deverá ocorrer a próxima reunião ordinária do Diretório, o partido deverá vir a assumir um posicionamento definitivo sobre o tema (leia-se: aprovar). Poderá a Executiva no entanto, a qualquer momento, por exigências prementes da conjuntura, vir a convocar extraordinariamente o Diretório para um posicionamento frente à questão.

A discussão enfim se por um lado começa a romper o doutrinarismo por outro avançou pouco sequer chegando a entrar na política propriamente dita, como trabalhar nesta conjuntura a colocação da bandeira da Constituinte. O debate se prendeu a favor e contra em si mesmos, o que em boa parte se deveu à postura retrancada na discussão que assumiram vários dirigentes de peso dos 113, Lula entre eles, receosos de um posicionamento mais decidido encontrar pouco amparo nas bases neste primeiro momento.

Ainda na questão da plataforma algumas outras emendas trazidas do Encontro Nacional foram aprovadas pelo Diretório, todas elas de autoria dos 113. As mais significativas versando sobre a parte mais estratégica do documento apresentado ao Encontro quando aborda a questão do poder. Algumas modificações, aparentemente de detalhe, abrandaram o tom algo reformista de certas colocações sobre a conquista e a construção já de um novo poder dos trabalhadores, e a relação entre a conquista de governos e ao poder propriamente dito.

Por fim, o regimento interno: uma comissão havia se formado no próprio Encontro para selecionar e organizar as emendas à proposta base apresentada. E foi esta mesma comissão que dirigiu a retomada dos debates a nível do Diretório. Uma grande quantidade de emendas estava à mesa, versando sobre os mais variados aspectos da organização e funcionamento do partido em diversos níveis.

A versão compilada e definitiva de regimento está para ser publicada estes dias pela Executiva Nacional. Mas de qualquer forma cabe adiantar os dois pontos de maior destaque. Por um lado, negativamente, o poder deliberativo dos núcleos dos diretórios de base, o que parecia ser consensual, foi negado pela maioria do Diretório numa inexplicável contradição com tudo aquilo que os próprios documentos dos 113 apregoavam de revitalização da estrutura nucleada.



Um ponto negativo: negado o poder deliberativo nos núcleos dos diretórios de base. Um fato positivo: os núcleos por categoria podem eleger seus delegados às pré-convenções regionais.

Por outro lado, positivamente, aprovou-se que de agora em diante os núcleos por ca-

tegoria poderão eleger diretamente, como tais, seus delegados às pré-convenções regionais, o que significa uma medida de integração maior do trabalho sindical dentro da estrutura partidária.

Vencidos estes pontos pendentes do Encontro Nacional, somente no domingo à tarde é que o Diretório iniciou a discussão sobre a nova Executiva do partido, e que foi o ponto principal da reunião pelo significado político que assumiu.

Já no sábado à noite uma reunião de articulação dos 113, à parte do Diretório, havia definido uma posição, por centralismo de sua maioria, montando uma proposta completa de Executiva, composta apenas por militantes da própria articulação. Negava-se assim o direito da minoria (34% do Diretório) se fazer representar na Executiva, transpondo para o nível nacional o método monolítico de construção de direções partidárias, anteriormente praticado em São Paulo.

Ao longo do domingo, militantes da minoria, notificados desta posição, buscaram abrir a discussão junto a vários dirigentes do partido. Mas foi em vão.

Numa primeira conversa com Francisco Weffort, o Secretário Geral francamente coloca que sua posição no interior da articulação era contrária ao fechamento preliminar em torno da não composição na formação da Executiva. Entendia Weffort que não se deveria impor aritmeticamente a proporcionalidade alcançada na composição do Diretório, mas que igualmente não se deveria, a priori, fechar espaço para qualquer composição entre as chapas. Mas, concluía, sua posição fora perdedora no interior da articulação, de modo que não era a pessoa indicada para uma tentativa de reabertura da questão.

Em seguida, Jacó Bittar, o novo 1º Vice-Presidente do PT: Jacó acabava de chegar de uma viagem ao exterior e não havia portanto participado das discussões internas dos 113. Mas, assegurava, sua posição era claramente por algum tipo de composição, contrário portanto a qualquer idéia de Executiva "puro sangue". Mais do que isso, Jacó se comprometia a reabrir a questão junto a seus pares de articulação buscando alguma fórmula de negociação.

Por fim o próprio Presidente, Lula: procurado por uma comissão da minoria ele igualmente se mostra sensível à proposta de alguma composição e se compromete também a reabrir a questão entre os 113.

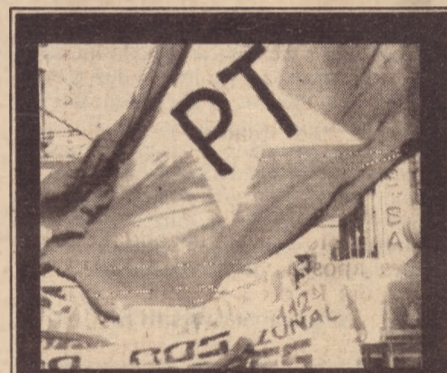
Mas, como dito acima, foi em vão.

Quando o ponto entra em pauta, nenhuma novidade por parte dos 113. Lula tenta abrir espaço em plenário para a discussão, colocando que fora procurado pela minoria trazendo a proposta de, senão a proporcionalidade plena na Executiva, o que significaria seis integrantes no total de dezoito, pelo menos três nomes pela minoria.

Mas o que se viu a seguir foi sem dúvida um dos mais tristes episódios da vida interna do PT. Um silêncio quase absoluto por parte do conjunto dos 113, apenas a minoria intervindo em plenário em defesa da composição, um silêncio apenas rompido por uma intervenção desastrosa de Devanir, presidente do PT paulista, apenas para dizer que São Paulo era o exemplo de como se construir executivas e que a prova dos males da composição estava na "inoperância da Executiva Nacional que ali encerrava seu mandato".

De nada adiantou a minoria ponderar suas razões: uma executiva "puro sangue" seria deixar de fora da direção do partido um terço de seus efetivos que se representam hoje na minoria; o que em números significam 23 membros do Diretório Nacional, mais de cem delegados do Encontro Nacio-

nal e mais de cem mil filiados pelo país afora; uma Executiva excludente significa ainda deixar fora e aliados da direção nacional setores que hoje são a força principal da construção do partido em vários estados importantes; uma Executiva monolítica significa ainda desconsiderar toda a experiência partidária na história do movimento operário e a degeneração burocrática decorrente desta prática de exclusões; uma Executiva assim significa, neste momento em que a conjuntura política pede um PT unido e ofensivo, colocar em primeiro plano as divergências do debate interno e mais ainda, erguê-las como obstáculo intransponível, coisa que sequer se dá nos partidos como o PDS ou o PMDB sobre os quais o PT vem dando e pretende continuar dando lições sobre como construir um partido efetivamente democrático. Enfim, os males do monolitismo são abundantes para que aqui se reproduza tudo o que foi erguido pela minoria contra o rolo compressor da maioria.



Um silêncio constrangedor: 23 membros do Diretório Nacional, mais de cem delegados do Encontro Nacional e mais de cem mil filiados excluídos da Executiva.

Mas foi em vão: na hora da votação apenas Olívio Dutra dentre os 113 se pronunciou pela proporcionalidade sendo derrotada a proposta de composição. A partir daí o resultado estava dado: a chapa tirada na articulação dos 113 foi friamente apresentada ao plenário e sumariamente votada: 32 votos a favor e 22 abstenções.

Um resultado preenche de debilidades, a nova Executiva não alcançando sequer metade mais um dos membros do Diretório (a ponto de se a minoria tivesse se retirado do plenário no momento ter faltado quórum para a eleição — o que apenas ressalta o caráter sectário da posição dos 113).

O que se pode observar posteriormente é a ironia da situação. Seguramente havia entre os 113 mais de seis membros do Diretório favoráveis à composição; os quais, somados aos 22 da minoria já seriam o bastante para inverter a votação do Diretório. No entanto, o centralismo dos 113 neste caso foi o que faleu impondo por esta via uma situação onde a minoria do Diretório acabou por fazer valer seu sectarismo. O irônico está em que os 113, a princípio contra as organizações da esquerda e seu centralismo próprio dentro da vida partidária, é agora quem toma a bandeira não apenas do centralismo mas, pior, também a do sectarismo mais obtuso de que se tem exemplo na construção do PT.

É hora e ainda é tempo de corrigir esta derrota que sofreu a construção do partido.



Congresso da UBES

O reformismo consolida suas posições

O Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas revelou novamente que a entidade continua sendo apenas um aparelho controlado pelas correntes estalinistas e bastante distanciado da massa dos estudantes.

Por Rômulo (vice-presidente da UMES-BH), Eduardo (ex-vice presidente da UMES-SP) Kennedy (membro da comissão secundarista do PT-SP) e Felipe (presidente da UMESPA).



ano de 1984 está conhecendo o mais elevado nível de lutas já desenvolvidas pelo movimento secundarista nestes cinco anos de recomposição. Em diversos estados estão se desenvolvendo lutas específicas contra a repressão e o autoritarismo nas escolas e lutas gerais como os comitês de apoio às lutas dos professores, a formação de comitês pró-diretas. Greves por escola — como a do Osvaldo Aranha em São Paulo ou da Escola Técnica Federal em Fortaleza — paralisações por região (como ocorreu no município de Taubão da Serra ou na zona norte de São Paulo, em apoio à greve dos professores), manifestações e passeatas envolvendo até dois ou três mil estudantes, estão se tornando comuns. Dentro deste processo amplia-se a organização de base do movimento secundarista.

É a partir deste quadro que podemos compreender a paralisação de mais de 80 escolas na grande São Paulo nos dias 24 e 25 de abril, muitas vezes espontaneamente, manifestando-se pelas diretas já. Em muitos casos, os estudantes saíram em passeatas pelos bairros e cidades, arrastando centenas de jovens e populares para suas manifestações. E, vale notar, quase todas estas manifestações foram conduzidas por militantes do Partido dos Trabalhadores.

O Congresso da UBES

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas esteve ausente deste processo. Sua diretoria, formada por ativistas ligados à **Tribuna da Luta Operária** e **Voz da Unidade**, limitou-se a apoiar verbalmente as lutas e a citá-las em seus discursos. Sua gestão limitou-se a organizar um encontro de escolas técnicas, um seminário, a edição de boletins e de um jornal da entidade e a garan-

tia de uma boa infra-estrutura para a preparação do congresso, realizado nos dias 12 e 13 de abril, graças ao apoio da prefeitura de Osasco, do PMDB.

A diretoria colocou-se durante todo o último ano dentro dos tímidos limites dos governos estaduais de "oposição", não orientando as lutas nem procurando centralizá-las. Isto se deu com a luta por passes de transporte travada em inúmeras cidades do país; com a luta contra o fim da meia-entrada nos cinemas.

Face à política imobilista da diretoria da UBES, nada mais natural que os setores mais combativos do movimento se colocassem em oposição a ela, os ativistas do PT em especial destaque. Foi da articulação dos petistas que se constituiu o "bloco de oposição".

Num total de 1700 delegados, o bloco de oposição somava cerca de 700, sendo Alicerce a corrente de oposição de maior peso. Ao contrário dos anos anteriores, teve uma postura não sectária buscando a composição com o conjunto das forças petistas e ou de oposição à diretoria.

A formação do "bloco de oposição" obrigou os militantes da **Tribuna Operária** (tendência **Viração**) a compor com todas as demais tendências à sua direita — até então, **Viração** buscava hegemonizar sozinha ou em alianças onde ela era amplamente majoritária a formação da nova diretoria — **Hora do Povo**, **Voz da Unidade** e a Juventude do PDT.

Com a formação desta aliança, os rumos do Congresso foram delineados. Nenhuma proposta de luta ou democratização da entidade foi aprovada pois poderia conduzir à ruptura do bloco reformista. Foram rechaçadas propostas de um plano de lutas, de um dia nacional de lutas, de encaminhamentos de lutas contra os aumentos nas es-

colas pagas (que este ano ultrapassarão a 100%) e até mesmo contra a cobrança sistemática de taxas da APM/CPM, deixou-se em branco a retomada da centralização da luta dos passes.

A UBES consolida-se assim como um aparelho distante dos estudantes, sem instâncias democráticas de participação. Foram recusadas propostas de encontros e de constituição de um Conselho Nacional de Entidades de Base. A visão da nova diretoria é de uma direção que administra a entidade e não se dirige as suas lutas.

A diretoria eleita integra todas as suas forças reformistas (que atuam no PMDB) além do PDT. A ela se contrapôs uma chapa de oposição fundamentalmente identificada com o PT que foi amplamente minoritária (a bancada da oposição já estava bastante esvaziada na madrugada de segunda-feira, quando foi votada a diretoria).

A atuação do PT

O PT não conseguiu articular previamente a realização do congresso, uma intervenção unitária e contundente que o evento exigia. Em primeiro lugar porque os ativistas identificados com o jornal **O Trabalho** (tendência **Luta Secundarista**) recusaram-se a participar do Congresso e conduziram uma campanha, no movimento e junto ao PT, de boicote a todo esforço para a eleição de delegados ao Congresso. Muitos ativistas do PT pensaram ser esta luta a posição do partido o que enfraqueceu a bancada da oposição no Congresso.

Esta política provocou a ruptura dos ativistas ligados a esta corrente em Santa Catarina e Brasília. Ainda assim, **Luta Secundarista** enviou cerca de duas dezenas de representantes às reuniões da oposição e do

PT durante o Congresso, propondo aos delegados que o abandonassem.

Em segundo lugar, a direção nacional do partido recusou-se a tomar qualquer posição face às propostas que visavam centralizar politicamente a atuação dos militantes do PT no Congresso.

Durante o Congresso foram realizadas reuniões do "bloco de oposição" e dos petistas. Em uma destas reuniões, foi aprovada uma carta à direção nacional do partido, ressaltando a importância do PT realizar encontros regionais e nacional de seus militantes secundaristas, e definir uma linha de atuação para este setor. Foi também aprovada uma moção crítica aos ativistas ligados ao jornal **O Trabalho** por terem boicotado o Congresso, dividido e enfraquecido as oposições e os petistas.

Um movimento mais polarizado

A nova diretoria, além de ser produto de um acordo que visava a manutenção do controle da UBES, situa-se bem mais à direita que a anterior. O seu centro hegemônico será a corrente ligada à **Voz da Unidade**. A manutenção do imobilismo e a asfixia da democracia do movimento pelas correntes stalinistas aprofunda a polarização entre as forças que apoiam o PMDB e as que se identificam com o PT.

Para os secundaristas petistas está colocada com prioridade a construção e fortalecimento de suas entidades de base e gerais, livres e democráticas. O saldo obtido no Congresso, a unidade os petistas, deve ser mantido e aprofundado, conduzindo à construção do partido em cada estado, em cada escola, criando as condições para conquistar uma UBES combativa e democrática, ao lado dos trabalhadores.

O caráter da opressão da juventude

A insatisfação com os valores burgueses, a brutal opressão a que são submetidos confere à rebeldia dos 25 milhões de jovens brasileiros um enorme potencial anti-capitalista.

A dominação burguesa na sociedade capitalista mantém-se fundamentalmente graças à exploração do proletariado. Mas a opressão de outras classes sociais — como o campesinato, a pequena burguesia urbana, os profissionais liberais e artesões — desempenha um importante papel na manutenção do capitalismo, particularmente nos países dependentes.

Além disso, em todas as sociedades capitalistas a burguesia estabelece, mantém e, frequentemente, reforça a opressão sobre setores da sociedade — como as mulheres, a juventude, os negros — que não constituem classes sociais. A mobilização e organização deste setores da sociedade dá origem a **movimentos autônomos** que tem uma composição social **policlassista**, mas nos quais a hegemonia do proletariado tende a se impor na medida em que eles se radicalizam no seu enfrentamento com a sociedade burguesa.

A juventude exerce pelas suas próprias características sociais, psicológicas e culturais, um questionamento de uma série de instituições que tem como função assegurar a renovação da força de trabalho e a perpetuação das relações de produção capitalista.

A família, o exército, a escola, a igreja tratam de controlar e modelar a formação do jovem de acordo com os valores e princípios burgueses. E é a rebelião contra estas instituições que confere um enorme potencial anti-capitalista à luta da juventude.

A sociedade burguesa não permanece imóvel face à rebelião da juventude. Engendra permanentemente mecanismos pelos quais busca absorver e esvaziar o caráter anti-capitalista da constatação dos jovens (os Hare-Krishna e outras "religiões exóticas", as modas, a comercialização das "contra-culturas" etc.).

Integrar a juventude no bloco anti-capitalista que sob a direção da classe operária possa disputar o poder político com a burguesia requer:

- que as atividades das organizações dos jovens se dirijam para a aliança e a unidade com o movimento operário;
- que o programa de ação dos diferentes movimentos da juventude tenha um conteúdo anti-capitalista;
- que a base social dos movimento de juventude seja constituída fundamentalmente por proletários.

A juventude brasileira

O Brasil tinha, em 1980, cerca de 25 milhões de habitantes entre 15 e 24 anos, 21% da população total de 119 milhões. O elemento mais determinante da situação de organização da juventude é a ausência da organização política e sindical independente do proletariado (que apenas se inicia com a formação do PT e da CUT). Não existe, em decorrência, organizações de juventude partidárias nem um trabalho generalizado nos sindicatos com estes setores. Temos no Brasil os movimentos estudantis universitários e secundaristas e o trabalho de jovens da Igreja (através da Pastoral da Juventude e dos vários grupos e clubes de jovens que patrocina).

Para compreender as implicações desta situação, devemos observar que 25 milhões de jovens, apenas 7,5 milhões estudavam em 1980, sendo 6,7 milhões no primeiro e segundo graus e 810 mil no ensino superior.

Os estudantes de primeiro e segundo graus constituem uma camada de composição fortemente proletária, tendo com isso uma profunda ligação com o movimento operário e popular. Mas, sua organização é



bem mais recente (iniciou-se há quatro anos e as organizações dos estudantes secundaristas são frágeis e pouco reconhecidas, as suas mobilizações, em geral extremamente combativas, são desenvolvidas de forma atomizada).

A maioria dos jovens, entretanto, não estuda (17, em 25 milhões) e não é concentrada por nenhuma instituição. A organização independente dos trabalhadores pode e deve conduzir a que se desenvolva um trabalho de organização desta parcela da juventude através dos sindicatos e do movimento popular, em geral tendo como ponto de partida atividades culturais.

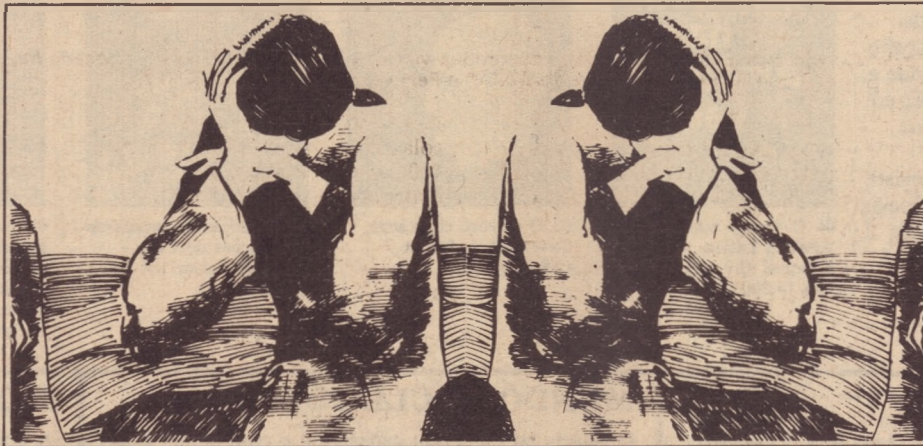
Mais uma vez, a Igreja veio a público, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, para condenar a legalização do aborto e o uso de métodos anti-concepcionais "artificiais".

Já é hora do movimento responder muito claramente a esse debate:

As Mulheres querem o direito de escolha

Por Marília Carvalho e Tatau Godinho

“**A** aborto? Fiz duas vezes, sim. Da primeira vez, eu tinha 16 anos, não sabia direito nem como se engravidava. A regra atrasou, meu corpo estava todo esquisito e então uma vizinha disse para eu tomar Regulador Xavier n.º 2. Tomei três vidros de uma só vez. Depois tomei muito chá de canela, limão e outras ervas que minha mãe conhecia. Depois de uma semana, mais ou menos, parecia que tinha uma coisa podre dentro de mim, saía um cheiro muito ruim. Um vizinho me levou para o hospital, porque minha mãe tinha vergonha. Eu não sabia nada do que estava me acontecendo. No hospital, perguntaram o que eu tinha bebido para provocar o aborto, se eu não sabia que aquilo era crime, queriam até responsabilizar o vizinho. Depois, eles falaram: tá doendo, né? Vai doer um pouco mais agora prá você aprender a não fazer bobagem por aí! E me fizeram curetagem a frio, sem anestesia. Eu berrava feito louca e alguém tapava minha boca com um lençol. Passeio um mês numa cama do hospital porque a febre custou a baixar. Nunca mais volto lá! Nem que precisa. Foi lá que seu aprendi a pala-



vra aborto. É uma palavra muito feia, né?” (Depoimento de Ilza, 31 anos, empregada doméstica, quatro filhos, ao Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro).

“Aconteceu! Eu estava grávida. Tinha dezoito anos e estava tentando o vestibular, não tinha emprego, na verdade, não possuía nada. Havia o namorado, em quem, nos momentos de explosão, era depositada toda a culpa mesmo. Em nossas conversas ficou es-

tabelecido que a decisão de abortar ou não seria minha. Mas mesmo que não houvessem existido as ‘conversas’ eu sabia que a decisão seria só minha. Afinal, o corpo era meu, eu sentia as primeiras transformações como os seios crescendo, a fome aumentando, enfim, a certeza biológica que meu corpo estava se transformando e com ele a minha vida, sem que eu tivesse a certeza de que havia querido esta transformação. Senti muito medo, pavor, horror. (...)”

Querida a qualquer custo livrar-me ‘daquilo’ que estava me acontecendo. Quando chegava a esta conclusão, horroriza-me: como podia denominar a gravidez de ‘aquilo’? Eu era uma insensível, pérfida, não passava de uma criminosa. Como eu me recusava a ser mãe? Doía muito quando eu pensava em renunciar à minha vida estudantil, profissional, afetiva, à vida que eu ainda teria que construir. Nos raros momentos de racionalidade eu conseguia pensar aos tropeços que não era avessa à maternidade, só que naquele momento não podia (...). Finalmente, concluí que seria o fim, caso deixasse prosseguir a gravidez e com uma sensação constante de frio na barriga me submeti ao aborto que foi feito a base de curetagem com anestesia local, em um consultório médico de Copacabana. (...) Quando a intervenção cirúrgica terminou o ‘médico’ perguntou-me se eu gostaria de ver o que foi o meu filho. Neste momento, eu vomitei e como não havia ingerido qualquer alimento, eu vomitei a mim mesma: nada, um vazio.” (Depoimento de Angela, 29 anos, advogada, ao mesmo grupo).

Estes dois depoimentos são apenas uma pequena amostra de um drama cotidiano vivido pelas mulheres: não ter o direito de escolher, não ter nenhum controle sobre seu próprio corpo. Como no caso da doméstica Ilza, o problema pode começar com a falta de informação sobre a sexualidade, a reprodução e os métodos para evitar a gravidez. Mesmo conhecendo os métodos, a mulher terá dificuldade em optar por aquele que mais se adapta a sua situação individual, principalmente se não contar com assistência médica que possa orientá-la. Terá dificuldade em encontrar no mercado artigos como o DIU (Dispositivo Intra-uterino) ou o diafragma, ambos importados e caríssimos.

Se optar por um método natural, terá que discutir com seu companheiro e dividir com ele as responsabilidades, o que nem sempre é possível. O mais provável é que ela desista diante de tantas dificuldades e compre na farmácia da esquina uma marca qualquer de pílula anti-concepcional, arriscando sua própria saúde. Isso se não cair nas mãos de uma “clínica” que a esterilize sem maiores explicações. Ou então, se não deixar de usar qualquer método, acabando por enfrentar um aborto clandestino ou uma gravidez indesejada.

A maioria das mulheres ainda enfrenta sozinha toda essa situação, ao longo de toda a vida, vendo nascerem filhos que não desejava, vendo seu corpo ser maltratado por métodos inadequados, vendo sua vida passar sem que ela mesma possa dirigir o seu destino.

Espectadores num debate?

Pior ainda, as mulheres são obrigadas a assistir ao interminável debate entre governo e Igreja sobre quem decide, quem controla os nascimentos e a gravidez. É mesmo muito fácil para os bispos, reunidos na CBB, afirmar que “toda e qualquer política oficial que libere o aborto e o uso de métodos artificiais de contracepção — entre eles o DIU e a pílula será condenada pela Igreja Católica”. (22ª Assembléia Geral da CNBB, 30 de abril de 84). Aos bispos pouco interessa se os únicos métodos que a Igreja aceita — os ditos “naturais”, ou seja, a tabelinha e suas variações, como o Billings — são ineficazes. A eles interessa apenas manter a “moral” e a “família”, isto é, manter as mulheres submissas, não dar-lhes o direito de escolha.

Ao governo, por outro lado, interessa apenas reduzir os nascimentos entre a população pobre, reduzir o “crescimento demográfico”, evitando assim maiores gastos com os setores de serviços sociais. Para isso, está em andamento o Plano Integral de Saúde da Mulher, elaborado pelo Ministério da Saúde, o qual motivou as recentes declarações da CNBB.

As mulheres, interessa que o Estado finalmente assuma a tarefa de organizar o atendimento à sua saúde, dando informações, orientação médica e tornando disponíveis todos os métodos contraceptivos conhecidos, única forma de deixar realmente à mulher e ao casal a opção. As mulheres devem fiscalizar e intervir na implantação deste projeto, para que ele atenda aos seus verdadeiros interesses. Mais do que isso, as mulheres interessa que o aborto não seja mais um crime neste país, que seja um recurso disponível através da rede do INPS. Organizadas no seu movimento, elas farão ouvir em alto e bom som milhares de depoimentos como os de Ilza e Angela, abafando as vozes da Igreja, do governo e de todas as instituições machistas e opressoras que pretendem falar em nome das mulheres.

Na luta pelas diretas

As mulheres diante do Congresso Nacional, dia 17 de abril: não há país livre sem mulheres livres

No dia 17 de abril, antes da votação da emenda Dante de Oliveira, no Congresso, seis mil mulheres de todo o Brasil realizaram manifestação em Brasília em defesa das eleições diretas. Partiram caravanas de doze estados, sendo que de São Paulo foram mais de 700 mulheres.

Embora a imprensa burguesa tenha dado destaque apenas às artistas, esposas de parlamentares e personalidades famosas, as caravanas dos vários estados contaram com a massiva participação de mulheres da classe trabalhadora, que só puderam participar de uma mobilização convocada sem grande antecedência porque já existiam formas de organização anteriores nos bairros.

E apesar do descaso com que em geral se olham as manifestações de mulheres no quadro da política brasileira, o governo utilizou a caravana das mulheres com uma das

desculpas para decretar as medidas de emergência. Vários ônibus foram barrados antes de chegar a Brasília, demonstrando que medidas de emergência já estavam, de fato, funcionando.

A ausência do programa

Se a caravana a Brasília foi importante no contexto da luta pelas eleições diretas e no sentido de deixar claro que a luta política geral também é parte do movimento de mulheres, desapareceram nela, no entanto, as reivindicações específicas, o programa de lutas do movimento de mulheres.

Da mesma forma que a luta geral pelas diretas só pode responder aos interesses dos trabalhadores se vier acompanhada de um programa que radicalize a luta democrática, a participação do movimento de mulheres

nessa luta não pode deixar de lado as reivindicações específicas. E nesse sentido, a caravana ficou atrás de outras manifestações do movimento de mulheres, como a passeata do dia 24 de fevereiro, em São Paulo, comemorando 52 anos do direito de voto das mulheres, onde o slogan “direitos e diretas” se concretizou em reivindicações precisas como creches diretas, planejamento familiar controlado pela população, pela modificação do código civil e contra a violência sobre as mulheres, deixando claro que o movimento de mulheres não é uma massa disforme e sem identidade, usada para engrossar manifestações.

Desdobrar a luta geral em reivindicações precisas é politizar essa luta e politizar o movimento. É entender que o movimento de mulheres existe como movimento exatamente porque tem uma especificidade e reivindicações próprias.

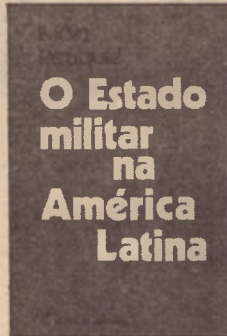
A caravana deixou, entretanto, o saldo positivo de demonstrar a importância e o peso de manifestações unitárias, tendo sido a primeira manifestação nacional das mulheres nestes vinte anos de ditadura.



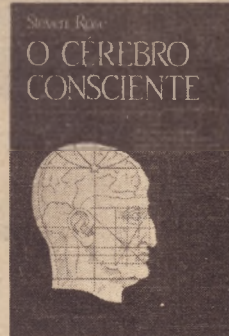
O FMI NÃO QUER QUE VOCÊ LEIA ESTES LIVROS

LANÇAMENTOS

Um ensaio do latino-americanista Alain Rouquié sobre o Estado militar; um estudo sobre o cérebro humano, desvendando as últimas descobertas da ciência - mistérios e charlatanices à parte - a respeito da consciência; um relato sobre o Chile de Allende e uma análise da oposição chilena de nossos dias; um livro sobre materialismo dialético, começando na Grécia clássica e mostrando a evolução do pensamento filosófico até nossos dias, e uma revista pluralista, de debate político, apontando as tendências atuais acerca de nossos maiores problemas sociais. É claro que os homens da dívida externa são contra. Mas você, que acredita na democracia, não pode deixar de ler.



01 O Estado militar na América Latina. Alain Rouquié, 480 pp., Cr\$ 16.000,00



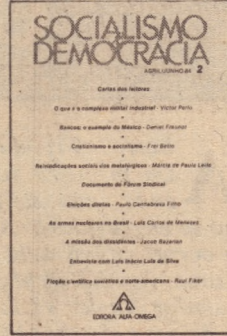
02 O cérebro consciente. Steven Rose, 456 pp., Cr\$ 15.900,00



03 Transição ao socialismo - As lições do Chile. Mauricio Paiva, 104 pp., Cr\$ 3.500,00



04 Introdução ao pensamento dialético - O materialismo, da Grécia clássica à época contemporânea. Eduardo Sucupira Filho, 104 pp., Cr\$ 3.800,00



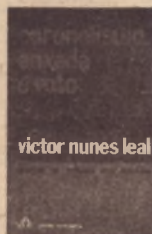
05 Socialismo & Democracia 2, vários autores, 112 pp., Cr\$ 3.900,00



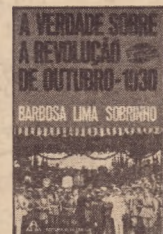
06 História sincera da República. Vol. 1, 284 pp., Cr\$ 9.900,00; Vol. 2, 316 pp., Cr\$ 10.000,00; Vol. 3, 252 pp., Cr\$ 8.500,00; Vol. 4, 216 pp., Cr\$ 7.500,00

ENSAIOS

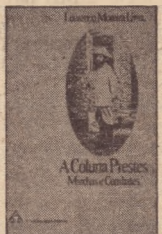
Uma universidade democrática se faz com o pensamento livre de quem se interessa pelos problemas brasileiros. Aqui, quatro autores brasileiros e um brasileiro soviético trazem para você o que de melhor existe sobre a nossa história, do Brasil colônia à formação e desenvolvimento do movimento operário brasileiro. Leônicio Basbaum diz sinceramente o que é o nosso país e porque estamos na situação em que estamos; a Revolução de 30, a Coluna Prestes e o significado do coronelismo também são temas importantes para quem entende que o caminho para a democracia passa pela cultura brasileira. E o soviético Boris Koval, depois de ter vindo ao Brasil, apoiado em documentos inéditos, fala coisas surpreendentes sobre os operários brasileiros e sua luta contra o capital.



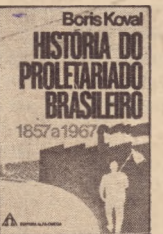
07 Coronelismo, enxada e voto. Victor Nunes Leal, 276 pp., Cr\$ 9.600,00



08 A verdade sobre a Revolução de Outubro de 1930. Barbosa Lima Sobrinho, 212 pp., Cr\$ 7.400,00



09 A Coluna Prestes (Marchas e combates). Lourenço Moreira Lima, 680 pp., Cr\$ 23.800,00



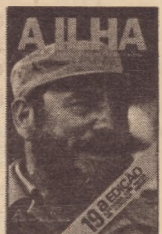
10 História do Proletariado Brasileiro (1857 a 1967). Boris Koval, 568 pp., Cr\$ 19.800,00

MUNDO SOCIALISTA

O planeta está dividido: capitalismo e crise de um lado, socialismo e revoluções de outro. Mas no Brasil, assim como no resto do mundo subdesenvolvido, pouco se sabe sobre as chamadas democracias populares e os países socialistas. Será que lá se come criança? Lá o filho denuncia os pais ao Estado? É verdade que todo mundo passa fome? Para você saber a verdade e poder ter uma posição, três reportagens sobre as sociedades dos trabalhadores: União Soviética, a Cuba de Fidel Castro e a Albânia, um estranho e pequeno país europeu anti-soviético e anti-chinês.



11 União Soviética hoje - Um repórter brasileiro no país dos soviéticos. Carlos A. L. Salum, 160 pp., Cr\$ 5.600,00



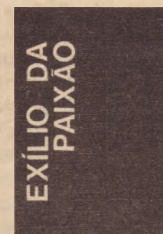
12 A ilha - Um repórter brasileiro no país de Fidel Castro. Fernando Moraes, 208 pp., Cr\$ 3.500,00



13 O socialismo na Albânia - Um repórter brasileiro no país de Enver Hoxha. Jaime Sautchuk, 176 pp., Cr\$ 6.000,00

FICÇÃO

Os artistas da palavra, poetas e ficcionistas, também têm muito a dizer sobre a realidade do Terceiro Mundo, o Brasil no meio dele. Sorte nossa, que, ao mesmo tempo em que ocupamos nosso tempo de lazer com boa leitura, ficamos sabendo mais sobre os problemas que mexem com a nossa vida e o nosso bolso. Exílio da Paixão, do argentino Daniel Krasucki, fala da "guerra suja" dos militares argentinos, do exílio e do retorno à democracia; o médico e escritor Martins de Oliveira imagina um atentado terrorista que destrói Itaipu e mergulha a América do Sul numa guerra revolucionária e Deonísio Silva analisa um livro proibido de Rubem Fonseca, falando de violência e erotismo na sociedade brasileira.



14 Exílio da paixão (Romance). Daniel Krasucki, 192 pp., Cr\$ 6.400,00



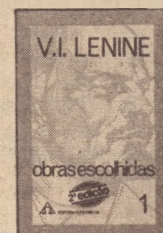
15 Atentado em Itaipu (Romance). Martins de Oliveira, 184 pp., Cr\$ 6.400,00



16 Caso Rubem Fonseca - Violência e erotismo em Feliz Ano Novo. Deonísio Silva, 112 pp., Cr\$ 3.900,00



17 Obras escolhidas. Marx & Engels, Vol. 1, 382 pp., Cr\$ 5.500,00, Vol. 2, 326 pp., Cr\$ 5.500,00, Vol. 3, 352 pp., Cr\$ 5.500,00



18 Obras escolhidas. V.I. Lênin, Vol. 1, 772 pp., Cr\$ 7.500,00, Vol. 2, 780 pp., Cr\$ 7.500,00, Vol. 3, 788 pp., Cr\$ 7.500,00

CLÁSSICOS DO MARXISMO

Marx e Engels, Lênin e os Bolcheviques - desta gente o FMI, com toda certeza, não gosta nem um pouco. Mas - infelizmente para a comunidade financeira internacional - são autores importantes, indispensáveis para se conhecer com segurança o mundo em que vivemos. É para tristeza geral dos conservadores do mundo todo, adotados em qualquer universidade com a exceção provável daquelas que estão nas ditaduras mais férreas e ignóbeis do planeta. Como o Brasil caminha para a liberdade, eles estão aí, ao alcance da sua mão, para você ler e aprender mais.



19 A dialética materialista - Categorias e lei da dialética. A. Chaputín, 400 pp., Cr\$ 14.000,00



20 O problema da verdade (Teoria do conhecimento). Jacob Bazarian, 224 pp., Cr\$ 7.800,00

FILOSOFIA

A Filosofia, que no mundo civilizado é a rainha das ciências humanas, com o movimento militar de 1964, os acordos MEC-USAID e outras ingerências do tipo, acabou sendo eliminada dos currículos escolares e ficou esquecida num cantinho empoeirado das universidades. Mas ela está voltando, e com mais força do que nunca. Aqui, dois filósofos - um brasileiro e um soviético - discutem o pensamento dialético e a verdade filosófica, com todas as palavras, para brasileiro nenhum deixar de entender.



21 Joana. Mauricio Goulart, 88 pp., Cr\$ 4.000,00



22 O jogo do Vadião. Ernesto Rosa Neto, 96 pp., Cr\$ 4.500,00

INFANTO-JUVENIL

Criança e jovem em idade escolar também são povo e sentem os efeitos da crise econômica e da dívida externa. Para eles, Mauricio Goulart escreveu Joana, um pequeno romance, poesia pura, que fala do mundo infantil, livre e humano, contra o mundo adulto, desumano e corrompido. É Ernesto Rosa Neto criou O jogo do Vadião, uma divertida aula de Economia Política para adolescentes. Lembre-se: é de pequeno que se torce o pepino, e é na infância que se aprende a combater o FMI.

Solicito enviarem-me, pelo correio, os livros de códigos abaixo relacionados:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11
12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22

Minha opção de pagamento é:

- Reembolso Postal Contra cheque nominal
 Contra vale postal pagável na Agência APT. B. PINHEIROS nº 405108 - SP (DESCONTO DE 10% - para pedidos contra cheque nominal ou vale postal)
 Solicito o envio GRÁTIS de Catálogo completo

NOME _____

ENDEREÇO _____

CEP _____ CIDADE _____ ESTADO _____

DATA _____ ASSINATURA _____

UNIVERSIDADE LIVRE, DEMOCRACIA DIRETA.

EDITORA ALFA-OMEGA
 05413 - Rua Lisboa, 500 - Tel.: (011) 852-6400 - São Paulo - SP

Metalúrgicos Belo Horizonte/Contagem

Lançada chapa de oposição

No último dia 12 foi lançada a chapa 2, de oposição ao conhecido pelego João Silveira, interventor no sindicato em 1968 e desde então seguidamente eleito presidente do sindicato. Um fato que abre um espaço importante de retomada de um trabalho combativo na base metalúrgica Belo Horizonte e / Contagem.



João Silveira, modelo de traição e peleguismo

A história de João Silveira na frente do sindicato tem muitos pontos em comum com a história de notórios pelegos, nos anos recentes do sindicalismo brasileiro, embora sem o "brilhantismo" de um Joaquim de S. Paulo. Como interventor, organizou a repressão e a quase destruição da liderança das greves de 1968 que juntamente com as greves de Osasco ganharam fama na luta contra a ditadura levada pelos trabalhadores nestes vinte anos. Em 1977/78 se levanta das fábricas uma oposição que enfrenta o pelego, inclusive dirigindo greves e enfrentando as manobras de assembléia que deram a João Silveira a fama de hábil manipulador da vontade de sua categoria.

A partir do ascenso, João Silveira acompanhando a tendência da época, procurou rapidamente mudar de métodos para poder sobreviver na nova conjuntura e se perpetuar no poder. Passa ele mesmo a convocar assembléias para discutir as campanhas salariais, garantindo sempre o menor quórum possível, ao mesmo tempo que contribui para o esfacelamento da oposição que gradativamente, com a sua conivência foi sendo posta fora das fábricas pelos patrões.

Mais recentemente com o surgimento dos movimentos intersindicais, tornou-se frequentador assíduo de reuniões intercategorias, desde que entre as diretorias das entidades. Atualmente é um dos principais líderes do Conclat aqui no estado dando a sua dose de apoio à paralisação e à divisão do movimento sindical. Conduziu nos últimos anos todas as campanhas salariais ao acordo com os patrões sem nenhum ganho concreto da categoria além dos índices oficiais. Concomitantemente assistiu ao desemprego crescente com o fechamento de inúmeras pequenas e até grandes fábricas sem incomodar os patrões com sequer uma greve de fábrica. É verdade que houve uma greve na Belgo, mas à revelia da diretoria e rapidamente abafada por esta.

Desmobilização

A categoria atualmente encontra-se bastante desmobilizada e desacreditada do seu sindicato além de ter perdido grande parte de suas bases. As duas maiores fábricas, Mannesman e Belgo Mineira, que juntas já tiveram 18 mil

funcionários, hoje não totalizam 12 mil. Entretanto, é sem dúvida a principal categoria de trabalhadores de Minas Gerais que, ao lado dos metalúrgicos de Betim e do Vale do Aço, representam o principal polo econômico do estado.

As causas da desmobilização não podem, entretanto, ser debitadas apenas nas "contas" do pelego. Existe um fator inquestionável: a recessão econômica que, como já foi dito, paralisou fábricas e jogou na rua boa parte da categoria, criando um clima de difícil mobilização entre os que conseguiram permanecer empregados. Por outro lado, o esfacelamento da oposição sindical que surgiu em 1977/78 é um fator fundamental para entender a crise atual. Esta oposição teve a senbilidade de, no final da década, perceber a disposição de luta da categoria e dirigí-la para a luta através de greves de fábrica em um primeiro momento e greves interfábricas em um momento seguinte. Entretanto não conseguiu fincar bases nas principais fábricas e nem trabalhar no interior do sindicato devido aos golpes do pelego e a uma visão pouco clara da importância de se trabalhar dentro da entidade.

O resultado foi, que após a derrota nas eleições do sindicato em 1978, a repressão patronal conseguiu desmobilizar todo um trabalho iniciado com grandes lutas. Os melhores líderes das greves, perderam o emprego e até hoje não foi possível retomar o trabalho criando uma forte base contra a atual diretoria. Entre 1978 e 1981 a oposição foi gradativamente esfacelada e nas eleições (1981), dado o afastamento das bases e a diferenciação política em seu interior, saiu dividida e foi mais uma vez derrotada pelo pelego nas urnas. Esta eleição significou uma vitória para o pelego, pois ele conseguiu derrotar as duas chapas em primeiro escrutínio.

Dois surpresas

As eleições atuais apresentaram duas surpresas. A primeira foi a capitulação de um setor da oposição diante de João Silveira. José Silveira, metalúrgico que em 1981 presidiu a chapa 2 entrou na chapa de situação em uma suplência. A segunda, foi o lançamento da chapa 2, de oposição, presidida por Paulo Cesar que em um esforço digno de nota conseguiu reunir antigos setores da oposição e jovens metalúrgicos que nos últimos anos procuraram resistir no interior da categoria. A chapa 2, apesar de não ser resultado de lutas generalizadas recentes da categoria, que objetivamente não existiram, procura dar continuidade a um trabalho iniciado no final da década passada.

O seu programa se identifica com o sindicalismo mais combativo do país apoiando a CUT, a greve geral e se propondo a construir em Contagem um sindicalismo democrático e de base onde a categoria defina de acordo com seus interesses os rumos de sua luta. A clareza de sua postura pela independência política dos trabalhadores, o apoio de um setor tradicionalmente de oposição ao pelego, lhe dão a possibilidade de canalizar a insatisfação existente no interior de muitas fábricas e principalmente o potencial de luta da categoria já tantas vezes demonstrado em sua história.

▶▶▶ Continuação pág. 16

metalúrgicos do interior entram em luta e rompem na prática o 2065 junto com São Bernardo do Campo, São Paulo não solta um boletim sequer na categoria mostrando esta luta, e depois sai com um jornal comentando o 2065, jornal que apresenta uma tabelinha aplicando a política econômica do governo. Os processos grevistas que existiram neste período na sua ampla maioria foram feitos por companheiros da oposição que estão dentro destas fábricas. A diretoria se limitou a estar presente na porta das fábricas. Em nenhum momento houve o interesse da diretoria em fazer com que estas greves acontecessem ao mesmo tempo. Sua política foi a de isolar estas greves. Eu diria que, na prática, continua inalterado o direcionamento político, embora inovado em função da realidade do movimento sindical hoje e da cobrança dos trabalhadores.

Como você avalia a forma como o sindicato enfrentou o desemprego e o arrocho?

Hélio — Enquanto em S. Bernardo, São José, Sorocaba e uma série de outras cidades, a questão do desemprego foi enfrentada com paralisação dentro das fábricas, greve, e até ocupação das fábricas para fazer que os companheiros não fossem mandados embora, o nosso sindicato só age depois que os companheiros já foram demitidos. Na questão dos salários, nós temos, aqui mesmo em São Paulo, os exemplos da Ford, da Asama que em momento nenhum aceitaram a política econômica do governo, romperam com ela na prática através da sua luta. Já a direção do sindicato só entra em cena a partir do momento em que a coisa está dada. Quando vem um decreto, ela o aceita. Depois, vem dizendo "é, nós precisamos ver um jeito prá não aceitar este decreto". O fato é que a crise existe, está aí, a nossa categoria é uma das mais atingidas, ela já teve 450 mil metalúrgicos, hoje tem 330 mil, isto significa que 120 mil metalúrgicos foram desempregados. Enquanto outros sindicatos criaram Fundo de Greve, Fundo de Resistência, o nosso sindicato até hoje se recusou a fazer isto. Nenhuma assembléia para discutir, ao menos, a questão do desemprego.

O Sindicato dos metalúrgicos de S. Paulo é o maior sindicato da América Latina, 330 mil trabalhadores na base, cerca de 60 mil associados. Qual seria o significado da vitória da chapa 2 agora em julho?

Lucio — Em condições de votar nós temos a informação de que são aproximadamente 45 mil associados. A importância política que este sindicato tem não é localizada única e exclusivamente para a categoria metalúrgica da cidade de São Paulo, nem do Estado ou do Brasil, mas para a América Latina toda. A partir do momento que esta máquina sindical estiver realmente na mão de operários que representem os anseios da categoria metalúrgica, ela não estará apenas representando estes anseios, mas os de todos os trabalhadores brasileiros. Até 1964, o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo era o carro chefe do movimento operário brasileiro. De 1964 até agora, ele passou a ser aquele último vagãozinho. Precisamos pegar este último vagãozinho e colocá-lo como locomotiva.

Durante o lançamento da chapa, se falou na verdadeira guerra que vai existir durante a campanha. Quem são os inimigos que a chapa de oposição vai enfrentar?

Chico — Bem, nós vamos enfrentar nesta eleição é o governo, é o SNI, é o Ministério do Trabalho, é a pelegada que está lá dentro, alguns partidos que se dizem comunistas mas que se aliam, como foi dito ontem no lança-

mento, com a reação, com a burguesia querendo iludir o peão. Então eu diria, que nós vamos enfrentar toda a máquina do Estado, e não apenas a máquina do sindicato. Vamos enfrentar o esquema do regime militar aí implantado. O Joaquim, lá 20 anos homem do regime, hoje um apoio às forças da burguesia que estão pregando o pacto, a partir do esquema do Aureliano. Para enfrentar esse esquema temos hoje uma chapa única, e a confiança que isto dá na categoria é um ponto muito forte prá quebrar tudo isto. A receptividade do nosso primeiro material entre a categoria demonstrou isto.

Como vocês avaliam o atual momento político?

Lucio — Não há dúvida de que o momento político atual é o momento bastante propício prá gente. Sabemos, que hoje, a sociedade brasileira, a classe operária como um todo está com aquele anseio muito grande de transformação. Neste barco a gente está entrando como o piloto dele, com uma proposta que realmente atende aos anseios da categoria. Não basta você se posicionar como Chapa 2, a favor das eleições diretas já. Não sabemos de nenhum operário, que seja contra isto. Não basta, pura e simplesmente, sair como o Joaquim não sai, com camiseta amarela, mandando fazer camiseta para todos os associados. Nós saímos com esta mesma camiseta, mas com proposta de luta. A nossa proposta é de diretas já, mas com a organização da categoria.

Hélio — Nós queremos diretas já, como queremos aumento já, estabilidade já, como queremos o fim do desemprego, melhores condições de trabalho, liberdade sindical, liberdade de organização. O que nós queremos na verdade, é que a classe operária, os trabalhadores entrem em cena na questão das diretas já. Não é porque todos nós queremos as diretas já, que elas vão ser o remédio para todos os males. A solução para nossos problemas, sem dúvida nenhuma, é a nossa organização, é a transformação da nossa sociedade. Para nós a compreensão das diretas já é uma questão muito maior, é uma compreensão operária. Não basta trocar um presidente, queremos que os operários e a categoria metalúrgica entrem em cena, que comece a determinar o futuro deste país, de permitir que os operários tenham condições de decidir o seu futuro, e o futuro, para nós não é só isso, é o fim deste regime militar, do regime que nega todas as coisas que colocamos anteriormente.

Chico — A população brasileira está sufocada. Há um movimento pelas eleições diretas e ele sofreu um certo "baque" depois da votação da emenda Dante de Oliveira. A hegemonia da burguesia neste movimento é em muito responsável por isso. Uma mostra é o que aconteceu no 1º de maio: praticamente foi abandonada a sua preparação; não conseguimos vincular a comemoração da data histórica dos trabalhadores com a luta pelas diretas. Se a classe operária estivesse na direção das manifestações pelas diretas teríamos já no 1º de maio, com uma manifestação de milhões de trabalhadores, dado um xeque no regime logo após a derrota do Congresso da emenda pelas diretas-já. No entanto, o que vimos foi um 1º de maio fraco e mal preparado. Somos pelas eleições diretas e para essa luta seja consequente é fundamental a participação e hegemonia da classe operária. A greve geral é a forma que a classe operária tem para entrar em cena nesta campanha. Greve que precisa ser muito bem discutida, preparada e decidida pelo conjunto dos trabalhadores. Isto envolve um empenho efetivo de todos, particularmente do setor combativo do movimento operário. O encaminhamento da greve geral deve saber vincular a luta pelas diretas com a luta pelas bandeiras dos trabalhadores.



Inez Guerreiro

Prestes veste a camisa da chapa 2

Apoio à chapa 2

Todos os metalúrgicos dispostos a ajudarem na campanha podem procurar para se engajarem na campanha uma das sub-sedes regionais da chapa. Os endereços de 5 delas são:

Zona Sul: Rua Carlos Gomes, 1037 (Santo Amaro)
 Mooca: Rua Canuto Saraiva, 795
 Lapa: Av. Imperatriz, 513
 Norte: Rua Darzan, 356
 Ipiranga: Av. Nossa Senhora das Mercês, 1255

Todos os interessados em contribuir de alguma forma na campanha e em sua sustentação financeira, também podem procurar informações nas sub-sedes regionais.

Até os dias 2, 3, 4 e 5 de julho São Paulo será sacudida por uma verdadeira batalha sindical. A oposição já está nas ruas com o lema "20 anos de ditadura, vinte de peleguismo: chega!". Ela tem contra si os pelegos, o PCB, o PC do B, que contam com o apoio da ditadura e dos patrões. Mas começa com força. O ato de lançamento da chapa única de oposição no último 12 de maio foi um verdadeiro grito de guerra, como disse Lula, "uma festa da luta de classes", como disse emocionado o veterano dirigente Luiz Carlos Prestes.

A oposição metalúrgica vai à guerra



Uma só bandeira: derrubar Joaquinção

Por Eduardo Albuquerque

Além dos metalúrgicos de São Paulo estiveram presentes a direção da CUT, vários sindicatos combativos (metalúrgicos de São Bernardo, coureiros, químicos do ABC e de São Paulo, jornalistas, bancários), o Partido dos Trabalhadores (representado por Lula, Weffort e vários deputados), Luis Carlos Prestes, entre outros.

Antes da apresentação da chapa foram convocados à mesa os metalúrgicos que encabeçaram as duas últimas chapas contra Joaquinção, Anísio (1978) e Rossi (1981), que vestindo a camisa da chapa 2 simbolizaram a continuidade da luta. Pelos 24 metalúrgicos que compõem a chapa falaram Hélio, Lúcio, Reny e Geraldo. (ver entrevista ao lado).

Todos os que falaram pela chapa ressaltaram a importância da luta contra 20 anos de peleguismo e contra 20 anos de ditadura, colocando que já passou da hora de dar um basta a esta situação. Luta que demonstra o quanto o pelego é filho e sustentação do regime militar.

Prestes: uma festa da luta de classes

Trazendo o apoio da CUT à chapa 2, Jair Meneguéli afirmou que o pelego é um entrave para a combatividade dos metalúrgicos paulistas pois enquanto há um repúdio generalizado ao Decreto-lei 2.065, Joaquim na prática o aprova. O coordenador da CUT terminou o seu discurso dizendo que com a oposição no sindicato, ninguém segura a luta dos metalúrgicos do ABC junto com os da capital.

Prestes falou sobre a crise atual, sobre o papel hegemônico da classe operária na revolução brasileira, disse estar comovido pelo ato de lançamento da chapa 2, "... uma festa de luta de classes". Quanto a chamada "modernização" de Joaquinção, Prestes lem-

brou que se "... nos últimos anos os inimigos aprenderam a fazer mais demagogias, aprenderam a falar mentiras mais cínicas" é inegável que "... a classe operária sente na pele a traição".

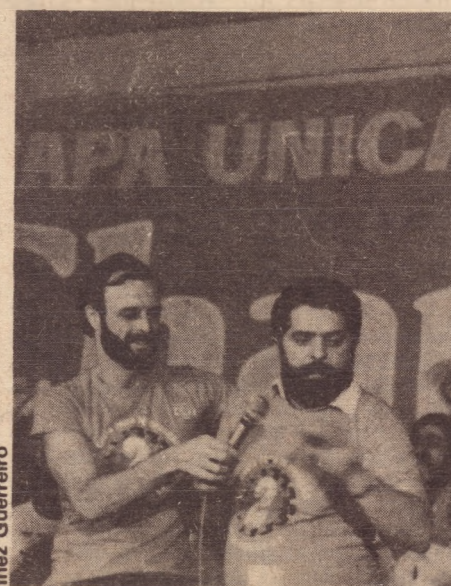
Acusou o PCB, o PCdoB e o MR-8 de desonrarem o comunismo: "... estes senhores estão a serviço da reação". Prestes terminou o seu pronunciamento defendendo a CUT e apontando que a vitória da oposição dos metalúrgicos será vital para ela.

Lula: estamos em guerra

O ponto alto do ato foi o veemente discurso do Lula, que começou pela afirmação de que não estava ali para dar o seu apoio, a chapa 2 mas sim para discutir como ganhar as eleições. "... Existe uma máquina sindical para perpetuar Joaquinção no sindicato, há ainda o poder econômico, a grande imprensa, todos empresários. E nós dependemos de nós mesmos". Fez uma longa análise do que significa Joaquinção para os metalúrgicos: o mesmo que significa Figueiredo para o povo brasileiro. Sobre a confiança que a ditadura tem no Joaquinção, Lula contou o que o delegado Romeu Tuma lhe disse quando intimou-o a ir a Polícia Federal por ocasião da greve geral do dia 21 de junho: "... com o Joaquinção não vamos mexer". Ressaltou a importância da conquista do sindicato para colocar a sua máquina a serviço da classe trabalhadora e também o papel que ele desempenharia na conscientização dos trabalhadores para a luta pelo fim do regime. Terminou a sua aplaudidíssima intervenção afirmando que "... estamos em uma guerra, e uma guerra só ganha quem não se intimida".

A importância da vitória

De fato, pelo significado que sempre tiveram e que este ano terão, as eleições



Inéz Guerreiro

para o Sindicato serão uma verdadeira guerra.

De um lado, a chapa única de oposição, "uma reivindicação da categoria" segundo vários metalúrgicos. É composta por ativistas de vários grupos de fábricas que participaram das inúmeras greves isoladas que aconteceram nestes últimos anos, por militantes do PT (que definiu uma linha política de unidade contra Joaquinção), por representantes da Oposição Sindical Metalúrgica. Do outro lado a chapa de Joaquinção, tendo como novidade este ano apenas o apoio que recebeu do PCdoB.

As dificuldades que a chapa 2 enfrentará não são poucas. Um aliado na direção de um Sindicato como o de São Paulo, hoje com uma base de cerca de 330 mil metalúrgicos, que implementa sem sérios atritos o Decreto-lei 2.065 não é desprezível. O interesse dos empresários, do Ministério do Trabalho, do regime é o de manter Joaquinção. Não é mera coincidência o fato de tan-

to a ditadura como o peleguismo no Sindicato dos Metalúrgicos comemorem 20 anos em 1984.

Há a repressão policial e patronal que ceifa importantes lideranças do movimento operário. Há a crise que jogando a favor da desmobilização da classe diminui as suas forças, atacando-a com o desemprego. Desemprego que sempre busca atingir operários combativos. E que faz com que nesta eleição sindical o peso dos aposentados em relação ao total de sindicalizados trabalhando nas fábricas aumente, o que pode favorecer Joaquinção: como todos lembram em 1981 ele perdeu nas fábricas e teve sua eleição garantida pelo controle da máquina sindical sobre os aposentados.

Dificuldades existem e devem ser percebidas e analisadas para que se tenha uma maior eficácia na luta contra o peleguismo. Para que tenhamos consciência clara do tamanho esforço que há de ser feito. Esforço que a experiência recente dos metalúrgicos de São Paulo abre um largo campo para dar frutos, pois nestes últimos três anos a luta não parou em São Paulo: nas várias greves e lutas que se desenvolveram muitos trabalhadores mobilizados perceberam quanto custa lutar uma fábrica isolada da outra. E como é necessário derrubar uma diretoria sindical que impede a união para lutar.

Esforço que certamente será recompensado com a derrota de Joaquinção. Após a vitória da oposição o movimento sindical brasileiro será outro. A construção da CUT ganhará um notável impulso. A luta contra o arrocho e contra o desemprego terá uma dimensão muito mais elevada, o sossego da ditadura e dos patrões será menor. Na atual conjuntura política, uma derrota de Joaquinção será um elemento importante para diminuir o espaço dos que querem uma negociação com o regime para a sua manutenção.

Com a palavra, a chapa 2

Aqui, a opinião de Hélio Bombardi, presidente da chapa 2, Lúcio da comissão de fábrica da Ford e Francisco de Souza, o Chico gordo da Zona sul.

— Como foi o processo de formação da chapa única de oposição?

Lúcio — A categoria hoje exigia a formação de uma chapa única de oposição. Este trabalho começou há seis meses com reuniões por fábrica, por região, até o dia 5 de fevereiro, quando aconteceu a primeira assembleia geral das oposições. Em março, já na segunda assembleia da oposição, foram aprovados o programa da chapa e os crité-

rios. O critério para a formação da chapa baseou-se na divisão de São Paulo em três regiões fundamentais, a partir dos números das últimas eleições, em 81, e se determinou o número de pré-candidatos por região. Neste processo, realizaram-se 26 convenções por fábrica, sendo que em duas delas reuniram-se mais de 50 companheiros. Foi o caso da Asama, com quase 100 companheiros e o caso da Ford, com 457 companheiros. Na convenção geral, no dia 8 de abril, foram escolhidos os 24 componentes, e o encabeçador da chapa, que é o Hélio. Foi um processo totalmente novo.

— Qual a expectativa com a campanha?

Hélio — Nós temos todas as condições para ganhar. Todas as colocações anterior-

res do companheiro Lúcio, demonstram desde o primeiro momento, que esse processo é inovador e democrático. Nós temos sido surpreendidos pelo número de companheiros que têm procurado os companheiros da chapa nas regiões. E pela primeira vez nos últimos dez anos, nós tivemos condições de sair com uma chapa única de oposição, conseguimos superar as diversas concepções sindicais, que existem dentro do movimento operário.

— Tem se falado muito que o sindicato na última gestão se modernizou, adotou uma postura diferente. Como a chapa avalia esta gestão?

Chico — O movimento sindical avançou, os trabalhadores começaram a ver as greves

do ABC, começaram a ver o movimento crescer a partir de 1978, e qualquer dirigente de um sindicato desta importância, como o Joaquim, teria que mudar sua postura, para continuar enrolando os trabalhadores. Neste contexto é que eles procuraram dinamizar o sindicato, sem mexer na essência. Hoje, o nível de participação dos metalúrgicos de São Paulo, continua tão ruim como antes da dinamização. O fundamental da política econômica do governo, o Joaquim consegue aplicar. Temos os exemplos do 2065, do próprio decreto 2012. Quando os metalúrgicos do interior.